

CIES e-WORKING PAPER N. ° 61/2009

**Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas  
da Guiné-Bissau em Portugal**

SUSANA GODINHO

*CIES e-Working Papers* (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Susana Godinho** concluiu em 2008 o Mestrado em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) com a tese “Novos Possíveis: estratégias identitárias de mulheres oriundas da Guiné-Bissau em Portugal”. O seu percurso profissional tem estado ligado a temas como a educação, a pobreza, o género e as migrações e à formação em conteúdos como a área comportamental, a igualdade de oportunidades, a educação intercultural e os direitos dos imigrantes em Portugal. E-mail: [godinho.susana@gmail.com](mailto:godinho.susana@gmail.com)

## **Resumo**

O objectivo da pesquisa foi contribuir para a compreensão da especificidade da componente feminina do fenómeno migratório em Portugal, especificamente das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, e compreender de que modo dimensões sociais e culturais da etnicidade se cruzam e concorrem na (re)construção da identidade, considerando as condicionantes estruturais, a par da acção individual, da sociedade de origem e da de acolhimento, e que interferem no poder estratégico dessas mulheres.

**Palavras-chave:** identidade, etnicidade, género e migrações

## **Abstract**

The main goal of the research was to contribute for the understanding of the female component of the immigration phenomena in Portugal, especially concerning women from Guinea Bissau, and to understand in which way social and cultural dimensions intersect each other and contribute for the identity (re)construction processes, considering the individual action and the structural conditions, both in the origin and hosting society, which interferes in the strategic power of those women.

**Keywords:** identity, ethnicity, gender and migration

## INTRODUÇÃO

Os fenómenos migratórios constituem espaços privilegiados para a análise de processos de (re)construção da identidade, uma vez que são, por definição, fenómenos de mudança social e cultural (Machado, 2002). O crescimento da componente feminina no total de estrangeiros residentes em Portugal (Peixoto e outros, 2006; Valente Rosa e outros, 2004) torna fundamental uma análise baseada na convergência de dois domínios de especialização teórica: o género e a etnicidade, que constituem os parâmetros conceptuais que delimitaram o objecto de pesquisa cujo observável foram as mulheres oriundas da Guiné-Bissau residentes em Portugal.

O objectivo da pesquisa foi contribuir para a compreensão da especificidade da componente feminina do fenómeno imigratório em Portugal, identificar e caracterizar estratégias de (re)construção identitária, através da análise das dimensões sociais e culturais da etnicidade<sup>1</sup> (Machado, 2002) e apreender elementos de diferenciação interna, nas trajectórias sociais das mulheres, através da convergência de vectores de diferenciação estrutural decisivos na configuração das identidades. Procurou-se também apreender de que forma as circunstâncias próprias vividas na sociedade de acolhimento conduzem ou não a estratégias conscientes de autonomização, considerando que a reinterpretação não conduz necessariamente à autonomia, podendo tratar-se, apenas, da flexibilização das normas (Madureira Pinto, 1991).

Procurou-se, pois, compreender de que modo o percurso migratório e a inserção social no feminino (origem étnica e social, decisão de emigrar e acolhimento em Portugal, estratégias residenciais, percursos escolares e trajectórias profissionais), a conjugalidade e estruturas familiares (escolha do cônjuge, situações conjugais e tipos de famílias), as sociabilidades (redes sociais, orientação das sociabilidades e apresentação e participação no espaço público e no espaço privado) e os elementos de identidade cultural (territórios linguísticos e identidade religiosa) se cruzam e concorrem na (re)construção das identidades, considerando as condicionantes estruturais da sociedade de origem e de acolhimento, a par da acção individual, que interferem no poder estratégico dessas mulheres.

---

<sup>1</sup> A distinção entre dimensões sociais e culturais da etnicidade justifica-se, apenas, para fins analíticos, uma vez que a distintividade cultural deve ser socialmente contextualizada (Machado, 2002).

Entre estratégias de autonomização, de negociação do controlo familiar e social e de manutenção das tradições e dos valores culturais e religiosos, a mulher (re)adapta o seu projecto pessoal (Abranches, 2004). A condição feminina é estrategicamente negociada, em contexto de imigração, e os projectos individuais são negociados com a família e os grupos de pertença, considerando o campo de possibilidades dessas mulheres (Velho, 1994). Tendo em conta o carácter dinâmico, permanente e complexo dos processos de (re)construção das identidades, importa perceber quais os seus efeitos para a realização pessoal da mulher e analisar as especificidades das suas experiências migratórias. Considerando o processo de (re)construção das identidades, transversal às várias idades e uma constante no decurso do tempo de residência em Portugal, permanece acentuado o peso relativo das representações e práticas do país de origem? Os projectos migratórios integram uma dimensão social e cultural, na medida em que são imbuídos de lógicas de modernização, ou seja, revelam-se também na procura e no acesso a bens da modernidade (Sayad, 1977 e 1999). Importa, pois, compreender de que forma as transformações caracterizadoras da sociedade ocidental, no que diz respeito à assimetria de papéis de género, são mobilizadas pelas mulheres oriundas da Guiné-Bissau. A reinterpretação das normas conduz a mulher a um espaço de autonomia?

## **1. (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM CONTEXTO MIGRATÓRIO**

### **1.1. Processo de Construção da Identidade**

Um conjunto já significativo de trabalhos de pesquisa e análise em ciências sociais permite perceber a construção da identidade enquanto processo flexível e dinâmico, ao qual estão inerentes permanentes transformações, e o carácter plural e plástico, contextual e interactivo, mutável e entrelaçado das identidades (Costa, 2002). A identidade, não sendo determinada à nascença por factores exógenos, é socialmente construída ao longo da vida do indivíduo e, como tal, múltipla.

Mas se, por um lado, podemos considerar (apenas do ponto de vista analítico) que a identidade se segmenta em fracções como, por exemplo, a identidade étnica, de classe e de género, entre outras, por outro lado, são estes diferentes traços que, unidos, dão lugar a um ser

humano único (Pereira, 2002). Ao primado epistemológico do indivíduo uno e estável, opõe-se, então, o indivíduo fragmentado pela intersecção de diversas categorias, totalmente fluído e dependente do contexto, fruto da necessidade de assumir diferentes papéis, frequentar diferentes contextos e reconhecer diversas influências, práticas e representações. Esta diversidade pode, no entanto, ser usada de modo a criar uma identidade distinta e composta por diferentes pertenças e papéis, não sendo necessariamente identidades paralelas (Giddens, 1997). A presente pesquisa visa, pois, compreender de que forma as mulheres oriundas da Guiné-Bissau concertam estas múltiplas influências, uma vez que “não seria correcto ver a diversidade contextual como promovendo simples e inevitavelmente a fragmentação do ‘self’, muito menos a sua desintegração em múltiplos ‘selves’, pois pode igualmente, pelo menos em muitas circunstâncias, promover uma integração do ‘self’” (Giddens, 1997: 175).

De acordo com a perspectiva simmeliana (1995), a ligação do indivíduo a vários “círculos sociais” não exclui a ideia de unidade, uma vez que aqueles (metáfora da identidade), sendo formas separadas mas intercomunicantes, cruzam-se em combinações variadas que delimitam a individualidade de cada indivíduo, mais marcada quanto maior o número de pertenças sociais. É a caracterização do indivíduo como ponto de intersecção de vários mundos cuja transição é, às vezes, quase imperceptível (Simmel, 1995). Em face desta problemática da unidade e da fragmentação, Gilberto Velho (1994) refere que, se o conceito de “projecto” se refere à conduta organizada para atingir fins específicos, o “campo de possibilidades” não é mais do que o espaço para a formulação e implantação daquele. O indivíduo transita entre diferentes papéis e é ponto de encontro de pertenças múltiplas que actuam em contextos de interacção distintos e se conjugam e reinventam, coexistem e inter-relacionam. O “potencial de metamorfose” representa exactamente aquela diversidade, ou seja, a possível margem de manobra e iniciativa dos agentes sociais envolvidos que possibilita que, “através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto a universos simbólicos diferenciados –, os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos” (Velho, 1994: 29).

Mas projecto é também “a interiorização da exteriorização, ou seja, a elaboração de uma estratégia de mobilização que tenha em conta as condições reais da sua concretização” (Leandro, 2004: 106), isto é, a interiorização das oportunidades objectivas e a articulação entre a intervenção dos actores e as condicionantes sociais a que estão sujeitos. As mulheres oriundas da Guiné-Bissau são o produto de uma história individual e colectiva que integra as

rupturas em devir da sociedade guineense e, como tal, um leque de aspirações forjadas antes da decisão de emigrar, e é em função dessa história que reelaboram os seus projectos e reinterpretam a sua nova condição (Leandro, 2004). A realização dos projectos migratórios resulta de um concurso entre vontades individuais e um contexto favorável à sua realização, ou seja, os indivíduos (re)elaboram os seus projectos considerando o seu campo de possibilidades (Velho, 1994), uma vez que existem limites que justificam que, nas mesmas condições sociais, nem tudo é igualmente possível para todos, limites esses ligados a recursos materiais, redes de interacção, conhecimentos, entre outros. Mas condições sociais idênticas não significam apreensões idênticas pelos indivíduos, daí a singularidade imprimida aos projectos. Considerando a realização do projecto como eminentemente social e inscrito num contexto social específico, importa, pois, considerar a percepção que os indivíduos conseguem forjar da realidade, ou seja, estes, perante a presença de uma realidade identificável, fazem uma avaliação das suas capacidades e possibilidades através de um trabalho de subjectividade no qual intervêm factores como valores e vontades, entre outros.

Mas a elaboração de projectos individuais está dependente do maior ou menor grau de flexibilidade dos grupos de referência do indivíduo, sendo que as escolhas individuais podem mesmo opor-se às estratégias colectivas (Velho, 1987), ou seja, um “projecto colectivo não é vivido de modo totalmente homogéneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de *status*, trajetória e, no caso de uma família, de género e geração” (Velho, 1994: 41). Poder-se-ão verificar contradições entre estratégias individuais e colectivas, cabendo ao indivíduo a reestruturação e a articulação dos diversos aspectos da identidade, como um ajustamento social ao quotidiano (Manço, 1999)<sup>2</sup>, ou seja, entre identidades herdadas e estratégias de construção de novos projectos, os indivíduos constroem e reconstroem a sua identidade não sem a influência, variável, dos grupos de pertença. As redes sociais dos indivíduos têm um papel preponderante na realização dos projectos individuais, transformando-os e adaptando-os. Os projectos individuais, enquanto instrumentos de negociação, são estrategicamente negociados com a família e os grupos de pertença, considerando a natureza dinâmica do “campo de possibilidades” daquelas, negociação essa que contribui significativamente para os processos de (re)construção identitária.

---

<sup>2</sup> Ideia igualmente partilhada por Gilberto Velho (1994), que considera a existência de uma diferença entre identidade socialmente dada e identidade adquirida fruto da trajetória do indivíduo.

Considerando as identidades socialmente construídas e, como tal, múltiplas e contingentes, mutáveis e contextuais, elas são construções sociais relacionais e simbólicas, ou seja, “relacionais, porque sempre produzidas em relação social e porque sempre relativas a outras; simbólicas, porque envolvem sempre categorizações culturais e porque significam sempre o destaque simbólico selectivo de algum ou alguns dos atributos sociais” (Costa, 2002: 27). A propósito dos fenómenos migratórios, e considerando o carácter relacional das identidades, os migrantes movem-se entre o lugar físico da origem, e as tradições a ele associadas, e as novas redes de relações sociais em diversos contextos na sociedade de acolhimento, sendo que as tradições são uma realidade em transformação (Santos Silva, 1996)<sup>3</sup>. No que se refere ao carácter simbólico das identidades, importa salientar que as estratégias identitárias não dependem apenas de vontades próprias mas são também elas fortemente condicionadas por condicionantes estruturais da sociedade de origem e de acolhimento.

## **1.2. Etnicidade: Fonte de Identidade**

Falar de etnicidade não significa apenas falar de imigração se considerarmos, por exemplo, o caso da população cigana secularmente fixada em território europeu, mas falar de etnicidade é também falar de imigração. A etnicidade é a imigração alguns anos depois, é a imigração sedentarizada (Machado, 2002). Já o modelo do “ciclo migratório” de Felice Dasseto (1990) descrevia as diferentes fases do processo de sedentarização dos migrantes nas sociedades de acolhimento. Passada a primeira fase do ciclo migratório, a fase da inscrição na sociedade de acolhimento, os migrantes vêm-se entre uma referência privilegiada ao grupo e à cultura de origem e processos de aculturação ou mesmo de assimilação. Os traços culturais da sociedade de acolhimento entram em negociação com as referências da origem e adquirem diferentes combinações. É justamente no momento da sedentarização dos migrantes que se coloca a questão dos seus modos de inserção.

Rui Pena Pires (2003) distingue dois processos de integração, com diferentes combinações contextuais, indissociáveis de todo o processo migratório. Assimilação enquanto reconstrução, que não representa uma mera homogeneização, do espaço identitário comum

---

<sup>3</sup> Também José Madureira Pinto (1991) refere o carácter eminentemente relacional da produção social de identidade, designado por “integração” e “diferenciação”, uma vez que os actores sociais se integram em conjuntos de pertença ou referência e, simultaneamente, autonomizam-se ou diferenciam-se de outros grupos.

através da inclusão de novas referências. Etnicização enquanto construção de uma identidade colectiva baseada num sentimento de pertença a uma colectividade com ascendência comum e caracterizada por um sentido de solidariedade. A etnicização tem carácter relacional, pois depende mais das reacções à presença dos migrantes na sociedade de destino do que das memórias culturais que aqueles transportam (Pires, 2003; Portes, 1999).

A sedentarização dos migrantes traduz-se em diferenciação social interna e diferenciação cultural crescente, uma vez que as mudanças não se operam exclusivamente na sociedade de acolhimento, mas as próprias culturas migrantes são atravessadas por processos de diferenciação. À medida que o tempo de residência no país de acolhimento aumenta, as referências de identidade relativas a um determinado quadro cultural de partida vão mudando. A extensão e a profundidade desse processo de mudança cultural vão variar de acordo com o carácter mais ou menos acentuado dos contrastes culturais entre a população migrante e a sociedade de acolhimento (Machado, 2002). Mas, mesmo em casos que apresentam fortes contrastes, há sempre socialização externa, sendo variável a extensão dos seus efeitos. Nos casos de mobilidade ascendente, por exemplo, pode mesmo verificar-se forte aculturação e formação de uma distância de classe entre os que têm essa experiência de mobilidade e os que não a têm. Mas, considerando as referências e as experiências cruzadas nas grandes metrópoles (Simmel, 1995), certas formas de expressão e certos comportamentos estão longe de ser uma mera reprodução da cultura de origem e resultam antes de um sincretismo cultural urbano que redefine os contornos das várias culturas e torna mais vasto, complexo e flexível o campo onde se jogam as pertenças e as referências culturais.

Diversidade étnica e racial não constitui elemento exclusivo ou prioritário de diferenciação social e cultural. A presente pesquisa não ignora outros vectores de diferenciação estrutural como o género, a classe, o tempo de residência e a nacionalidade, entre outros, igualmente, ou até mais, decisivos na configuração das estruturas sociais e das identidades. O objectivo é, pois, apreender a diferenciação e as clivagens internas nas trajectórias sociais, através da combinação complexa e variável entre várias dimensões identitárias e evitando primados epistemológicos. Rejeita-se assim a pertença étnica enquanto primado epistemológico, e retoma-se a ideia da determinação múltipla e complexa das identidades, atrás ilustrada pela formulação simmeliana do cruzamento dos círculos sociais que assegura o equilíbrio entre a dimensão individual e a dimensão colectiva da vida social e atribui às filiações étnicas relevância variável.



Mas, a propósito dos fenómenos migratórios e considerando o caso da Guiné-Bissau, as diferenciações étnicas, linguísticas e religiosas são preexistentes e podem mesmo permanecer vivas, não sendo previsível a sua diluição com o tempo de residência em Portugal (Machado, 2002). Importa, pois, considerar a relevância relativa que adquirem no espaço da etnicidade (Machado, 2002). Ainda relativamente à relevância das filiações étnicas e raciais, o caso das uniões e dos casamentos mistos, e, conseqüentemente das crianças e dos jovens com filiações duplas, e o caso do processo de naturalização de parte significativa dos migrantes à medida que se prolonga o tempo de residência no país de acolhimento complexificam a questão.

Debrucemo-nos agora sobre o conceito de etnicidade, propriamente dito, e especificamente sobre a sua conceptualização enquanto fonte de identidade. À semelhança das categorias identitárias, também as identidades étnicas são mutáveis, abertas e socialmente construídas. Se, por um lado, falar de etnicidade na Guiné-Bissau pode significar diferenciar a população em etnias e correspondentes traços distintivos em termos linguísticos, religiosos, de actividade económica e localização geográfica, apesar do processo de criouliização ocorrido durante a época colonial (Ribeiro, 1986), por outro lado, falar de etnicidade em Portugal pode significar falar de origem nacional e traços culturais comuns, quer enquanto autodefinição, quer enquanto definição externa, não excluindo autodefinições mais restritas.

Porque a memória é fragmentada (Velho, 1994), os conteúdos da identidade étnica, transportados pelos migrantes, constituem uma reconstrução do presente devido à própria extracção dos contextos em que foram construídos. Os indivíduos, em contexto migratório, modificam profundamente as suas identidades em função do novo contexto e das novas interacções, revêem as suas categorias de pertença, redefinem a sua situação e adaptam-se a um campo simbólico novo, ao mesmo tempo que reafirmam valores, preferências e códigos de reconhecimento específicos (Fortunata Piselli, em Tavares e outros, 1998). A pertença étnica constitui assim um dos elementos que interferem no processo de construção das identidades (Machado, 2002).

Etnicidade é, portanto, aqui entendida como “a relevância que, em certas condições, assume, nos planos social, cultural e político, a pertença a populações étnica ou racialmente diferenciadas. Essa pertença traduz-se e é veiculada por traços como língua, religião, origem nacional, composição social, padrões de sociabilidade, especificidades económicas e outros,

traços que se sobrepõem, em maior ou menor número, na distintividade de cada grupo particular” (Machado, 2002: 29). Mas este espaço da etnicidade é um espaço em movimento no qual os grupos, que compõem o tecido migratório, se caracterizam por graus de contraste e continuidade social e cultural com a população majoritária. Porque se trata de um fenómeno multidimensional, uma vez que faz convergir dimensões sociais e culturais, os eixos cultural e social desdobram-se em múltiplas dimensões como a língua, a religião, as sociabilidades e os padrões matrimoniais de um lado e a composição de classe, a localização residencial e a estrutura etária e sexual por outro. O social e o cultural condicionam-se reciprocamente, e é do cruzamento dos dois eixos que se localizam os grupos no espaço da etnicidade, variando entre situações de não etnicidade marcadas pelas continuidades sociais e culturais e situações de etnicidade forte marcadas, pelo contrário, por contrastes sociais e culturais. Existem igualmente perfis intermédios, uma vez que não existe uma homogeneidade bem definida para cada grupo, mas, sim, uma diferenciação interna (Machado, 2002).

Etnicidade designa, portanto, não grupos particulares, mas, sim, processos, uma vez que não visa estabelecer a identificação de um determinado grupo a características sociais e culturais, mas, antes, analisar o fundamento principal da identidade daquele. Por outras palavras, etnicidade designa não apenas aquelas características, mas também as modalidades de inserção e as relações estabelecidas com a restante população. Por fim, etnicidade é definida relacionalmente por referência a outros grupos.

Importa, no entanto, reforçar a ideia da diferenciação social interna inerente aos vários grupos em análise neste modelo de Fernando Luís Machado (2002) onde localização de classe e orientação das sociabilidades constituem duas dimensões fundamentais nestes eixos social e cultural do espaço dos contrastes e das continuidades. Lógicas classistas atravessam linhas de diferenciação étnico-racial. Mais do que determinar primados epistemológicos, importa, sim, analisar as modalidades de entrecruzamento do princípio de classe e do princípio étnico na estruturação das desigualdades. Ora, retomando a questão da sedentarização dos migrantes e dos seus modos de inserção, se, por um lado, a redução dos contrastes sociais é indispensável para falarmos em integração, por outro lado, integração não significa homogeneização cultural. Integração e diversidade cultural são compatíveis.

### **1.3. Género nos Fenómenos Migratórios**

No debate público, os fluxos migratórios têm sido tratados como se a variável género não fosse uma vertente fundamental de caracterização ou como se partíssemos do pressuposto de que pudéssemos generalizar as características da migração masculina ao universo das migrações, ou seja, “os modelos de fluxos, decisões e padrões migratórios recorriam habitualmente ao estereótipo do migrante individual, racional e do sexo masculino” (Fonseca e outros, 2005: 29). A invisibilidade das mulheres tem marcado os estudos dos movimentos migratórios, uma vez que aquelas têm sido referidas quase exclusivamente ao abrigo do fenómeno do reagrupamento familiar (Buijs, 1993; Ferreira, 1998; Françoise Gaspard em Tavares e outros, 1998; Teresa Tavares em Tavares e outros, 1998). Mas, para além daquele, distinguem-se motivações de realização pessoal e profissional e de atracção pelo papel da mulher na sociedade de acolhimento, entre outras, na base da decisão de emigrar. Assim, e, apesar da importância da análise do fenómeno do reagrupamento familiar, associado à sedentarização dos migrantes, não se pode ignorar parte do segmento feminino da imigração movido por outras motivações, assim como as suas especificidades.

Mas tomar o género como domínio de especialização teórica não é excluir outros vectores de diferenciação estrutural como a classe (Crompton, 2003; Phillips, 1992), igualmente decisiva na configuração das estruturas sociais e das identidades. Assim, em detrimento de primados epistemológicos, optou-se por uma abordagem articulada e multidimensional. As condições de existência dos indivíduos não deixaram de ser condicionadas por relações assimétricas de poderes e distribuições diferenciadas de recursos e oportunidades, uma vez que aquelas continuam a estruturar, diferencialmente, os valores e os comportamentos dos indivíduos (Costa e outros, 2000).

O modo e através dos conteúdos com que se organizam, no senso comum, as concepções do ser do homem e da mulher leva homens e mulheres a contribuírem, de forma diferenciada, para a acentuação das diferenças e a assumirem modelos de comportamento socialmente impostos (Amâncio, 1994). Tanto o homem como a mulher participam na reprodução dessa “ideologia colectiva”, com implicações para a discriminação da mulher, adquirindo particular importância a análise do relacionamento subjectivo da mulher com a sua categoria de pertença e do pensamento social que diferencia valorativamente o masculino e o feminino. A objectivação da diferença é assim partilhada por ambos os sexos. Mas, a partir do momento

em que “a variável sexo é conceptualizada enquanto categoria social, o objecto de análise já não são as diferenças entre homens e mulheres, antes importa analisar o pensamento social sobre a diferenciação entre o masculino e o feminino, ou seja, a epistemologia do senso comum sobre os sexos” (Amâncio, 1994: 28). Importa, pois, dar visibilidade aos mecanismos de carácter ideológico que perpetuam a discriminação com base no género.

Helena Carreiras (1997) reforça o carácter socialmente construído das categorias de género, acrescentando que cabe à sociologia analisar os processos, necessariamente relacionais, através dos quais se constroem as diferenças entre categorias de género e, como tal, pertenças identitárias, assim como as modalidades da sua configuração em contextos socio-históricos diferenciados. Pierre Bourdieu (1999) confere poder explicativo à diferença socialmente construída entre géneros, enraizando a dominação masculina, não apenas no plano simbólico, mas também no conjunto de condições objectivas que a alimentam, ou seja, tanto as estruturas objectivas como as disposições incorporadas naturalizam o mundo sexualmente hierarquizado, uma vez que é o peso dos condicionamentos, que permanecem no nível do inconsciente, que torna difícil a consciência da dominação por parte do dominado.

Retomando as trajectórias sociais e a realização de projectos que aquelas integram, estes “nunca poderão ser entendidos como uma sequência biográfica linear de acontecimentos, mas antes como uma interconexão de várias dinâmicas sociais, culturais e familiares” (Leandro, 2004: 117). Trata-se, portanto, de uma pesquisa no âmbito da elaboração e da reelaboração dos projectos migratórios, necessariamente acompanhada da dinâmica social e familiar<sup>4</sup> que lhes está associada, uma vez que, quer as sociedades, quer a família, não sendo imutáveis, são elas próprias produtoras de modernidade (Leandro, 2004). Sendo a família um espaço de construção de normas e de sentido, tanto do ponto de vista material como do simbólico, é sobretudo nela e a partir dela que se interiorizam sistemas de valores e se elaboram estratégias capazes de induzir atitudes e práticas. Assim sendo, a família confere orientações às atitudes e aos comportamentos dos indivíduos, não sem considerar o contexto social envolvente, e, como tal, participa na dinâmica social (Leandro, 2004).

O papel da família, nos processos de tomada de decisão anteriores e posteriores ao processo migratório, adquire particular importância, sendo ela encarada como um todo em permanente

---

<sup>4</sup> Para a contextualização teórica das questões da família, ver Anália Cardoso Torres (2001b) e Martine Segalen (1999).

interacção com um contexto social, económico e político em constante mutação (Fonseca e outros, 2005). Mas as trajectórias dos indivíduos, influenciadas por condicionantes sociais de ordem conjuntural e estrutural, não excluem a capacidade de intervenção daqueles, pois, “numa sociedade mais dinâmica, tanto do ponto de vista económico como cultural, o actor pode intervir mais na sua trajectória, pois o contexto envolvente, sendo mais aberto, proporciona-lhe um leque de maiores possibilidades e prováveis futuros” (Leandro, 2004: 102). Melhorar as condições de vida do próprio e/ou da família, proporcionar um futuro diferente aos filhos, formar uma família em condições diferentes da sua família de orientação ou adiar de projectos de retorno ao país de origem em função dos filhos, eis algumas das motivações apontadas, pelos migrantes, e que revelam a necessidade dos indivíduos de se projectarem no outro, neste caso, na família, com o objectivo de legitimar as suas próprias opções de projecto. Iniciativas práticas de uns repercutem-se sobre os outros, imprimindo uma nova dinâmica aos projectos migratórios (Leandro, 2004). Trata-se, pois, de estratégias que visam sustentar e melhorar a situação da família através da maximização dos rendimentos e da minimização do risco, estratégias essas flexíveis e dinâmicas que se transformam de acordo com as necessidades e os contextos (Fonseca e outros, 2005). Assim, as mulheres oriundas da Guiné-Bissau negociam estrategicamente os seus projectos individuais com a família e os grupos de pertença, considerando a natureza dinâmica do seu campo de possibilidades (Velho, 1994), negociação essa que contribui significativamente para o seu processo de (re)construção identitária.

As transformações vividas pelos indivíduos durante o ciclo migratório, para além de interferirem nas identidades, envolvem igualmente alterações nas formas de organização familiar, como sendo a dimensão dos agregados, as taxas e as modalidades de casamento, o divórcio e os papéis e as interacções no seio da família (Machado, 2002). As famílias não são blocos monolíticos dotados de vontade colectiva, elas são internamente fraccionadas, podendo gerar-se no seu seio lógicas contraditórias e tensões entre indivíduos que as constituem ou a partir de objectivos e interesses divergentes. Ocorrem assim oposições e negociações, num permanente vaivém de trocas e de valores (Wall, 1998). Os projectos individuais interagem com outros, no seio da família e dentro de um campo de possibilidades, podendo mesmo caracterizar-se por uma ruptura com aquela e fazer emergir um projecto pessoal de alguma singularidade.

## **2. PERCURSOS MIGRATÓRIOS E INSERÇÃO SOCIAL NO FEMININO**

Se, por um lado, se verificam elementos de diferenciação interna na sociedade de origem, por outro lado, não se deverá partir do pressuposto da ideia de homogeneidade (Sayad, 1977) da imigração em Portugal. Podemos identificar importantes factores de diferenciação interna com base no estatuto sociojurídico, em diferenças étnicas e de classe e consequente diferenciação de percursos migratórios e modalidades de inserção na sociedade de acolhimento. Porque os migrantes são referenciados não apenas a uma sociedade, a análise da sua origem étnica e social e do seu percurso migratório é muito importante. Assim, a reconstituição das suas trajectórias permite perceber “o sistema completo de determinações que, tendo agido antes da emigração e continuando a agir, de forma modificada, durante a imigração, conduziram o emigrante ao ponto de chegada actual” (Sayad, 1977: 60). Tal não ignora que, com o prolongamento do tempo de residência, as condicionantes de partida tendem a atenuar-se.

### **2.1. Origem Étnica e Social**

Um estudo de Fernando Luís Machado (2002) revela que, em termos genéricos, uma larga maioria da população oriunda da Guiné-Bissau residente em Portugal é proveniente da região de Bissau (as mulheres são mais de extracção urbana do que os homens, ou seja, nasceram mais em Bissau e residem mais aí antes da emigração) e pertence às camadas mais escolarizadas e bem colocadas profissionalmente, ou seja, “à partida, os emigrantes, sendo geralmente oriundos de grupos de condição social modesta, não são os mais miseráveis” (Leandro, 2004: 109). De salientar que o facto de uma larga maioria da população ser proveniente de Bissau não exclui o incremento recente da população proveniente de zonas rurais do interior do país (Machado, 2002). Em muitos casos, a emigração para Portugal foi precedida de migração interna campo-cidade, facto que confirma o êxodo rural a que se tem assistido na Guiné-Bissau e consequente aumento populacional em Bissau (Machado, 2002). O prosseguimento dos estudos e o projecto em família são as razões invocadas pelas entrevistadas para a migração interna em direcção a Bissau. Nascimento e residência em Bissau, especialmente quando acumulados, significam um segmento da sociedade guineense que viveu de forma mais directa a articulação entre a cultura portuguesa e as sociedades e

culturas africanas autóctones, facto que se traduz em algum grau de miscigenação interétnica e inter-racial, melhor domínio da língua portuguesa, inserção em estruturas familiares mais europeizadas e maior matriz católica. É a chamada sociedade crioula (Ribeiro, 1986).

Se a Guiné-Bissau revela níveis de alfabetização e frequência do sistema de ensino baixos, há, no recrutamento dos migrantes, para além da extracção urbana previamente referida, uma selecção nos círculos escolarmente mais qualificados e mais ainda no caso das mulheres (Machado, 2002). As mulheres entrevistadas apresentam maioritariamente, à chegada a Portugal, níveis de escolaridade acima do 9.º ano. Diferenças com base no género, na idade e no estatuto sociojurídico marcam perfis de escolarização diferenciados, fruto da expansão do sistema de ensino no período pós-independência e de um contexto de menor discriminação das mulheres no acesso à escola (Machado, 2002).

Se nos retivermos agora sobre a condição perante o trabalho, a primeira constatação vai para o facto de não ser só por haver condições sociais, económicas e políticas na origem e no destino que favoreçam as migrações que elas ocorrem, uma vez que interferem factores da tomada de decisão onde as motivações e os recursos dos potenciais migrantes desempenham um papel fundamental (Jackson, 1991), como o demonstra, por exemplo, o exercício de actividade profissional e a inexistência de situações de desemprego por parte das mulheres antes da decisão de deixar a Guiné-Bissau, o que reforça a ideia do recrutamento selectivo dos migrantes nas camadas profissionalmente mais qualificadas (Machado, 2002).

Na origem verifica-se o peso relativo das classes médias urbanas assalariadas e distinguem-se factores de diferenciação interna quer em termos de profissão exercida, quer em termos de entidade empregadora, uma vez que eram as mulheres quem mais trabalhava na administração pública (Machado, 2002), factores estes que interferem na continuidade, ou não, do estatuto profissional que os migrantes detinham na origem, aquando da decisão de emigrar. Mas também a família de origem constitui elemento de diferenciação interna entre os migrantes, que, apesar da tendência para a sua atenuação ainda durante o trajecto na Guiné-Bissau, se volta a manifestar já no país de acolhimento. Última nota a reter é o carácter selectivo da emigração ser ainda maior no caso das mulheres, em termos de capital escolar e de profissão desempenhada, uma vez que efeitos de subordinação social das mulheres na origem exigem um suplemento de competências e recursos que compense, no momento da tomada de decisão, aquele défice (Machado, 2002).

Perante a pergunta, necessariamente aberta, sobre a identidade étnica, as reacções foram diversificadas, entre as que não atribuíram significado às filiações étnicas, as que o fizeram de forma indirecta e através dos progenitores ou mesmo enquanto herança dos pais, e as que, por último, referiram outras autodefinições. São mais de vinte as etnias na Guiné-Bissau, por ordem decrescente de dimensão: os balantas, que são animistas distribuídos pelo Centro e pelo Sul do país e tradicionalmente dedicados ao cultivo do arroz; os fulas e os mandingas, etnias muçulmanas essencialmente concentrados nas zonas do interior norte e leste junto à fronteira com o Senegal e a Guiné-Conacri e que incluem agricultores, criadores de gado, artesãos e comerciantes; os manjacos e os papéis, ambos do litoral, os primeiros, animistas e predominantemente agricultores, e os segundos, concentrados na região de Bissau e, como tal, mais incorporados na cultura portuguesa, entre outras (Machado, 2002).

Grande parte dos grupos étnicos tem a sua própria língua, sendo o crioulo o veículo com maior expressão nacional e só depois o português. O crioulo, oficialmente marginalizado ou desvalorizado, em detrimento do português, durante a época colonial, foi reabilitado depois da independência, e o português não encontra tradução generalizada na vida quotidiana da grande maioria dos guineenses, apesar do seu estatuto nas relações com o exterior e internamente em espaços institucionais como a escola (Machado, 2002). Relativamente à religião, são, na sua maioria, animistas e, por ordem decrescente, muçulmanos e católicos (Machado, 2002). Mas falar de identidades é falar de mudanças, circunstâncias históricas e contextos de acção. Filiações étnicas e filiações religiosas não encontram, nos grupos, fronteiras bem definidas e imutáveis. O próprio uso do crioulo deve ser tido em conta quando nos deparamos com concepções essencialistas das filiações étnicas na Guiné-Bissau.

As filiações destas mulheres estão longe de reproduzir, em termos proporcionais, a diferenciação étnica na Guiné-Bissau. Estamos, pois, mais uma vez perante o carácter selectivo da emigração guineense. Destacam-se as que não atribuem significado às filiações étnicas e que, simultaneamente, têm ascendentes de outros países que não a Guiné-Bissau e de lá saíram há mais anos. São elas também quem tem condição económica mais favorável em Portugal. Destas, apenas uma identifica a sua filiação étnica, não sendo por acaso o facto de ser manjaca, uma vez que a saliência das identidades étnicas também constitui factor de diferenciação interna com fulas, manjacos e mancanhas de um lado e crioulos de outro (Machado, 2002). Se se verifica uma tendência para identificações étnicas mais fracas, entre



migrantes com estatutos sociais mais altos na Guiné-Bissau, o mesmo se verifica para estatutos sociais mais altos já na sociedade de acolhimento. O esbatimento da etnia, enquanto referência identitária, verifica-se na “sociedade crioula” e associada ao perfil social mais favorecido assim como à escolaridade, à origem rural ou urbana e ao estatuto da situação profissional (Machado, 2002).

Referências a uma multiplicidade de pertenças fruto da origem dos pais, à nacionalidade, à socialização, à identidade religiosa e ao factor língua constituem elementos importantes na definição das identidades destas mulheres. Podemos concluir que as identidades étnicas não são lineares nem estáticas se considerarmos, por exemplo, o factor nacionalidade quer enquanto referente identitário, quer pelo seu papel na definição das identidades, como é o caso dos processos de naturalização, ou mesmo a religião. Também a questão étnica ou a origem dos pais constitui factor importante na definição das identidades das mulheres guineenses.

## **2.2. Decisão de Emigrar e Acolhimento em Portugal**

Sendo a migração um processo social complexo e dinâmico, há que considerar, no processo de tomada de decisão, a influência das estruturas das sociedades de origem, as circunstâncias históricas e as redes estabelecidas com outros migrantes já estabelecidos nas sociedades de acolhimento. Um estudo de Fernando Luís Machado (2002) considera que as composições dos fluxos migratórios oriundos da Guiné-Bissau se diferenciam entre si de acordo com os calendários migratórios, ou seja, tempos de chegada diferentes significam perfis de migrantes distintos. Considerando 1985, o marco de referência de consolidação dos fluxos de migrantes laborais (Machado, 2002), podemos constatar que uma percentagem elevada daqueles que mantiveram a posse da nacionalidade portuguesa, resultante da existência de ascendentes portugueses ou do vínculo ao Estado português no tempo colonial, chegou a Portugal antes dessa data (Machado, 2002), facto confirmado pela presente pesquisa. Tempos de residência constituem factor de diferenciação interna interferindo nos processos de (re)construção identitária destas mulheres.

Relativamente às razões inerentes à decisão de emigrar, destaca-se o projecto familiar, ligado também ao desejo de prosseguir a carreira profissional, aliado à manutenção da nacionalidade

portuguesa, que terá estado na base de situações de discriminação vividas logo após a independência da Guiné-Bissau. Foram as “famílias crioulas, famílias que na Guiné-Bissau integravam a categoria social de ‘civilizados’, famílias de funcionários da administração ultramarina e serviços públicos (...) que optaram pela vinda para a ex-metrópole, porque aqui esperavam poder manter o seu padrão de vida e garantir os direitos adquiridos e porque não se identificavam ou temiam a nova ordem política que emergiu com a independência” (Quintino, 2004: 125). Nestes casos, é de salientar a inserção profissional, ainda no país de origem, de ambos os cônjuges e o facto de o acolhimento em Portugal ter contado com o apoio de familiares, facto que terá atenuado as dificuldades sentidas. As mulheres que saíram da Guiné-Bissau há mais tempo referem algum incómodo face à situação política, incómodo esse agravado quando existem na família elementos “brancos”, uma vez que tal é mencionado como estando na origem de situações de discriminação vividas pela família logo após a independência.

No caso das restantes mulheres, à excepção das muçulmanas, a vinda ocorre num contexto de crescentes dificuldades económicas, apesar de todas elas estarem empregadas no momento em que deixaram o país, ou para tratamento médico. O desejo de estudar e o de realização profissional, a par de fugas a relacionamentos em fase de deterioração, são algumas das razões apresentadas. De referir que todas estas mulheres chegaram a Portugal sozinhas e protagonizaram projectos migratórios sozinhas, à excepção das que chegaram há mais anos. Por fim, de salientar igualmente as mulheres muçulmanas de etnia fula cuja decisão de emigrar se prende com razões como o casamento combinado pelos pais com um homem de origem guineense residente em Portugal, a “procura de vida própria e de liberdade” e as intenções de prosseguir os estudos, apesar de em nenhum dos casos analisados este constituir motivo principal e exclusivo da emigração. Importa, no entanto, distinguir as razões inerentes à decisão de emigrar da sua posterior racionalização (Jackson, 1991). Denote-se que o reagrupamento familiar não foi invocado como motivo da decisão de emigrar. Este aplica-se, sobretudo, aos descendentes.

Quer se trate de factores de natureza económica ou de necessidade de tratamento médico, entre outros, na decisão de emigrar, a decisão dos indivíduos reveste-se de importância fulcral e não nos permite ignorar a sua capacidade de escolha e de elaboração de estratégias (Leandro, 2004). Igualmente, o sentido de ocasião e de direcionalidade que, em condições sociais mais ou menos propícias, contribui para desencadear e solidificar a tomada de decisão

para determinado país, de acordo com as redes de apoio existentes, é o desencadear de sucessivas gerações migratórias (Sayad, 1977 e 1999). A escolha de Portugal enquanto destino, na maioria dos casos, prendeu-se com uma lógica de proximidade histórica e linguística. As afinidades linguísticas constituem um instrumento importante de inserção, nomeadamente em termos profissionais.

Ora, se a existência de familiares em Portugal constitui um factor atenuador, grande parte das mulheres salienta dificuldades de várias ordens, como financeiras, de inserção no mercado de trabalho, de isolamento social e de regularização. A existência de redes de apoio, quer no momento da chegada a Portugal quer as estabelecidas numa fase posterior, não significa que elas tenham funcionado como redes de acolhimento. Se é verdade que, para todas elas, essa rede de relacionamentos garantiu um apoio concreto em termos de alojamento e subsistência, não é verdade que todas tenham sentido, da mesma forma, dificuldades à chegada. A residência em Bissau, antes da vinda para Portugal, aliada ao facto de a população oriunda da Guiné-Bissau se concentrar maioritariamente na área da Grande Lisboa, leva-nos a afirmar que os fluxos migratórios são uma migração Bissau-Lisboa, facto que pode interferir na formação de redes de apoio.

### **2.3. Estratégias Residenciais**

O local de residência não é apenas um espaço físico, uma vez que cada espaço, para além da sua localização geográfica específica, é também “espaço relativo” (movimentos espácio-temporais das pessoas, serviços e bens) e “espaço relacional” (rede de relações estabelecidas pelos indivíduos) (Rebelo e Paiva, 2006). A análise das estratégias residenciais dos migrantes, a par das localizações geográficas e das características dos alojamentos, é fundamental para a compreensão das sociabilidades e dos modos de inserção daqueles na sociedade de acolhimento.

A distribuição geográfica dos migrantes guineenses é fortemente assimétrica, ou seja, litoral, urbana e lisboeta, uma vez que se concentram, sobretudo, nos distritos de Lisboa e Setúbal (Valente Rosa e outros, 2004; Machado, 2002). As várias zonas do país, para além de se diferenciarem pela quantidade de migrantes que atraem, distinguem-se igualmente pelos calendários migratórios, com Lisboa como região tradicional de acolhimento, só

posteriormente se estendendo a outras áreas geográficas. Lisboa constitui, se considerarmos a mobilidade geográfica dos migrantes guineenses já depois de estarem em Portugal, ponto de partida, ficando por confirmar o seu poder de fixação (Machado, 2002). Se considerarmos o primeiro local de residência das entrevistadas face ao actual, verificamos que a mobilidade geográfica se deu, sobretudo, dentro de uma mesma região, sendo que as que não mudaram de residência referem dificuldades financeiras, apesar de manifestarem desejo de o fazer. Se, numa primeira fase do seu trajecto migratório, as mulheres foram acolhidas por familiares e amigos que lhes proporcionaram alojamento transitório, assiste-se, numa fase posterior, à procura de novos espaços, procura esta motivada por diversas razões que não coincidem com razões profissionais, como sendo a alteração do estado civil, a procura de habitação própria ou a falta de espaço para todos os elementos do agregado quando partilhado com outros familiares ou amigos. Essa mobilidade varia de forma contrária ao tempo de residência em Portugal, ou seja, à medida que este aumenta, verifica-se uma tendência nas migrantes para se fixarem. Podemos concluir daqui uma diferenciação com base no género, nomeadamente se tivermos em conta o perfil profissional dominante de trabalhadores da construção civil entre os homens imigrantes guineenses, cuja mobilidade decorre directamente da precariedade da sua condição profissional, em que a possibilidade de ter trabalho depende da disponibilidade para deslocações, ao que se junta o facto de muitos destes homens serem solteiros ou com a família no país de origem e, como tal, mais disponíveis para se movimentarem (Machado, 2002).

Verifica-se uma diversidade de formas de aceder ao alojamento por parte das mulheres, entre moradias ou apartamentos próprios e habitações degradadas, passando pelo realojamento e pelo aluguer de quartos. O Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (Machado, 2002), levado a cabo em 1995, revela que o “perfil urbano e de classe média que a maioria tinha na Guiné-Bissau, e que significava condições de alojamento melhores do que as que se tem nos bairros de barracas em Portugal, pode traduzir-se na recusa de descer abaixo do limiar no que às condições de habitação diz respeito” (Machado, 2002: 144), ou seja, condições de habitação menos degradadas quando comparadas com as dos cabo-verdianos. Mas uma análise (Fonseca e outros, 2002) das condições de habitação e de acesso a electricidade, água potável e casa de banho por parte dos guineenses revela semelhanças com cabo-verdianos e são-tomenses.

Excepção feita a apenas uma das mulheres entrevistadas, que já tinha adquirido casa própria antes de se fixar em Portugal, todas as outras, que têm actualmente casa própria, passaram pelo arrendamento. Mas as condições socioeconómicas favorecem a fixação em tipos de alojamento diferenciados, pese embora o facto de a grande maioria das entrevistadas, nomeadamente as que residem em habitações degradadas ou em zonas de realojamento, manifestar o desejo de mudar de residência, apesar de não ter condições económicas para o fazer. As mulheres de condição económica mais favorável, na fase transitória de fixação de residência, nunca residiram em habitações degradadas ou zonas de realojamento. Composição sociodemográfica, perfis profissionais e redes de relacionamento social condicionam estratégias e escolhas destas mulheres em termos de locais de residência.

Se o Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (Machado, 2002), levado a cabo em 1995, não nos permite falar de elevados índices de concentração residencial, uma análise dos índices de segregação (Fonseca e outros, 2002), calculados com base no Censo de 2001 para a região metropolitana de Lisboa (concelhos de Mafra e Azambuja não incluídos), revela, no entanto, tendências de crescimento no caso da população guineense, à semelhança das de Cabo Verde e São Tomé. Estratégias residenciais de afastamento ou proximidade, entre populações imigrantes, e tipos de alojamento resultam da conjugação de possibilidades de escolha individuais e familiares, de redes de parentesco e amizade e da própria estrutura do mercado imobiliário e de mobilidade profissional (Quintino, 2004). Se, numa primeira fase do percurso migratório dos migrantes, as redes de parentesco e amizade desempenham um papel fundamental, ainda mais porque todas as entrevistadas foram acolhidas numa fase transitória por familiares ou amigos, numa fase posterior de fixação de residência no país de acolhimento, a escolha do local de residência é atravessada por lógicas classistas. Porque a habitação é um bem de consumo, ela depende fortemente dos rendimentos dos indivíduos, como tal, a vivência em áreas degradadas leva aqueles a internalizarem uma imagem pública socialmente depreciada (Guerra, 1994), associada à produção e à reprodução de determinados problemas sociais. Surgem assim percepções diferenciadas face aos locais de concentração da população imigrante. Estratégias residenciais podem condicionar as sociabilidades dos migrantes e, como tal, os seus modos de inserção social, uma vez que podem reforçar ou relativizar certas lógicas de fechamento cultural quando as sociabilidades são mais aut centradas.

## 2.4. Percursos Escolares

A realização dos projectos resulta de um concurso entre vontades individuais e um contexto favorável à sua realização, ou seja, os indivíduos (re)elaboram os seus projectos considerando o seu campo de possibilidades (Velho, 1994), uma vez que existem limites (recursos materiais e redes de interacção, entre outros) que justificam que, nas mesmas condições sociais, nem tudo é igualmente possível para todos. Condições sociais idênticas não significam apreensões idênticas pelos indivíduos.

Se o prolongamento dos estudos não constituiu, para nenhuma das entrevistadas, a principal razão da sua decisão de emigrar, no entanto, algumas referem-no como estratégia de autonomização, realização pessoal e possibilidade de exercício de uma actividade profissional que lhes proporcione realização profissional e estabilidade financeira. No contexto da sociedade de acolhimento, as mulheres vêem-se então perante um novo campo de possibilidades. Os testemunhos das mulheres revelam limites à realização dos seus projectos, uma vez que, apesar de referirem o desejo de prosseguir a escolaridade, apenas duas o fizeram. Nos casos em que as mulheres foram impedidas, por diversas razões, de prosseguir os estudos ainda na Guiné-Bissau, as dificuldades económicas sentidas em Portugal não permitiram dar seguimento ao projecto, não obstante a nova oportunidade de ultrapassar esse controlo familiar. É sobretudo nos descendentes que estas mulheres depositam a sua esperança num futuro para aqueles, que passa necessariamente pela escolarização, e acumulam horas de trabalho para o possibilitar. Trata-se do reconhecimento das possibilidades que o aumento de capital escolar pode proporcionar aos seus filhos em termos futuros. É também comum a referência ao controlo familiar exercido, já no país de acolhimento, em relação à intenção de prosseguimento da escolaridade.

Mas mesmo as que terminaram os cursos superiores já em Portugal não o fizeram sem dificuldades, derivadas sobretudo da conciliação entre o trabalho e a escola, única forma de terminar a sua escolarização. De salientar a existência de um segmento da população que, chegado há mais tempo a Portugal, começou por frequentar o sistema de ensino enquanto estudantes bolsheiros. Grande parte destes estudantes não regressou à Guiné-Bissau, sendo que uma parte se inseriu em profissões científicas e técnicas formando uma pequena “elite”, entre os guineenses sem nacionalidade portuguesa, e outra parte acabou por interromper os estudos por razões diversas e integrar sectores como a construção civil e os serviços pessoais e

domésticos. Existe ainda um terceiro conjunto de pessoas, que, não tendo conseguido bolsa, consegue mesmo assim conciliar os estudos com o trabalho e terminar a sua formação (Machado, 2002). As mulheres oriundas da Guiné-Bissau, no contexto da sociedade de acolhimento, vêem o seu campo de possibilidades abrir e encontram espaço para uma autonomização não conseguida no país de origem, mas nem sempre vontades individuais encontram um contexto favorável à sua realização.

## **2.5. Trajectórias Socioprofissionais**

Felice Dassetto (1990) define a primeira fase do ciclo migratório como a inscrição na sociedade de acolhimento basicamente pela relação salarial, como tal, o mercado de trabalho e a esfera profissional ocupam um lugar fundamental nos trajectos migratórios. Tal como o prolongamento dos estudos no país de acolhimento pode representar uma estratégia de autonomização e de realização pessoal, integrada nos projectos migratórios, o mesmo se pode dizer relativamente ao início do exercício de uma actividade profissional ou ao prosseguimento da carreira. Maior autonomia e capacidade de decisão no contexto conjugal, reconhecimento de competências e fuga ao que é pressentido como fechamento doméstico estão associados à entrada das mulheres no mercado de trabalho (Torres, 2001a). O trabalho constitui uma dimensão importante no processo de (re)construção identitária destas mulheres (Torres, 2001a), uma vez que, por um lado, a procura de oportunidades de emprego no estrangeiro pode ser percebida como estratégia de autonomização e, por outro, as circunstâncias económicas na sociedade de acolhimento podem contribuir para a realização do desejo de inserção no mercado de trabalho. Assim, “se a motivação para o trabalho profissional feminino em alguns sectores sociais nasce de um desejo de realização pessoal, em outros parece ser uma forma de contrariar e resistir a formas excessivas de dominação masculina” (Torres, 2001a: 59).

Nos casos em que a chegada a Portugal é acompanhada da transição ou reentrada para o mercado de trabalho (em algumas situações, fruto do controlo familiar exercido pelo marido ou companheiro na origem), verifica-se que as circunstâncias económicas vividas na sociedade de acolhimento contribuíram para a realização do desejo de inserção profissional, resultado da abertura de um novo campo de possibilidades (Velho, 1994). Também as transformações ocorridas nas estruturas familiares, como a viuvez, o divórcio ou a separação,

contribuíram para a necessidade de exercício de actividade remunerada por parte destas mulheres, ou seja, para a necessidade de contribuição feminina para os rendimentos familiares. De salientar os processos de negociação com o respectivo marido ou companheiro no sentido do exercício de uma actividade profissional.

Analisando as trajectórias profissionais do conjunto das entrevistadas, verifica-se uma mudança de estatuto caracterizada pelo exercício de actividades menos qualificadas e mal remuneradas. Em 1995, o Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (Machado, 2002) destacava o carácter socialmente selectivo da imigração guineense em termos de habilitações escolares e de estatuto profissional, facto que não descarta o desfasamento entre escolaridade e inserção profissional, apesar de afectar os migrantes de forma diferenciada de acordo com o estatuto sociojurídico, aquando da emigração, a data de chegada e a frequência ou não da universidade em Portugal. Se, em termos de estatuto profissional, podemos falar em perda entre o país de origem e Portugal, importa reter que, “subjectivamente, a migração é vivida pela maioria como passagem para uma situação melhor do que a que se tinha antes de migrar” (Machado, 2002: 212). Os estudos sobre a mobilidade social dos migrantes têm de partir de uma definição multidimensional do conceito de classe que capte vectores pertinentes em cada uma das sociedades de referência, por forma a permitir localizações de classe numa e noutra sociedade e comparação antes e depois da migração, uma vez que as sociedades em questão têm, na maioria das vezes, níveis de desenvolvimento e de condições de vida desiguais (Machado, 2002).

O exercício de actividade na administração pública guineense não teve seguimento em Portugal, pois as circunstâncias económicas vividas na sociedade de acolhimento exigiram delas estratégias de sobrevivência que passaram pelo exercício de actividades ligadas sobretudo ao sector das limpezas e das vendas. O caso dos profissionais de saúde é um dos casos em que qualificações profissionais transportadas do país de origem têm espaço de continuidade no mercado de trabalho (Machado, 2002). Importa reforçar que, não obstante a concentração no sector dos serviços domésticos, as trajectórias profissionais das entrevistadas revelam outros sectores, como é o caso do comércio étnico, que “prolonga para Portugal a estratégia económica feminina predominante no meio urbano de Bissau” (Quintino, 2004: 177). De salientar o caso único de uma das entrevistadas, que manteve o seu estatuto profissional, enquanto profissional de saúde, com a vinda para Portugal, sendo igualmente a



única que manteve a nacionalidade portuguesa aquando do processo de independência da Guiné-Bissau.

Também as mulheres que prosseguiram os seus estudos em Portugal, excepção feita a algumas das entrevistadas que tiraram cursos profissionais mas não os terminaram, e que, como tal, obtiveram grau académico, são igualmente as duas onde se verifica o exercício da actividade profissional em consonância com as suas habilitações. Local de estudo e emprego qualificado têm relação, uma vez que aqueles que terminaram a universidade em países terceiros são, em grande percentagem, trabalhadores da construção civil, ao passo que esse valor se reduz para metade quando o local de estudo foi Portugal (Machado, 2002). A necessidade de garantir, em termos imediatos, meios de subsistência é incompatível com a procura, demorada e de resultado incerto, de um emprego qualificado, facto agravado se o migrante estiver sozinho em Portugal e sem beneficiar de apoio familiar na fase de transição escola-mercado de trabalho (Machado, 2002).

As circunstâncias que trouxeram estas mulheres a Portugal são muito variadas, e o exercício de uma actividade profissional não constituiu, para nenhuma delas, a principal razão, apesar de algumas o referirem como estratégia de autonomização e realização profissional. Mas as suas trajectórias profissionais são condicionadas pela condição social que encontram no país de acolhimento, sendo sobretudo nos descendentes que depositam a sua esperança num futuro melhor e diferente do das próprias, acumulando horas de trabalho. As fracas condições económicas e sociais de algumas são igualmente comprovadas pelo facto de receberem apoio social. Actividades geralmente pouco qualificadas, vínculos laborais precários e acumular de horas de trabalho são o que caracteriza as trajectórias profissionais da maioria das entrevistadas, verificando-se, entre a origem e o destino, perda de estatuto profissional.

### **3. CONJUGALIDADE E ESTRUTURAS FAMILIARES**

As mudanças inerentes ao fenómeno migratório envolvem todas as dimensões da organização social dos migrantes, incluindo as formas de organização familiar. Entre dimensão dos

agregados, tipos de família, natalidade e fecundidade, papéis e interações entre os membros das unidades familiares, muitas são as mudanças que se operam em contexto migratório.

### **3.1. Escolha do Cônjuge, Situações Conjugais e Tipos de Família**

Entre os que não vivem em situação conjugal, e excluindo as situações de viuvez, seria interessante perceber em que medida aquela está relacionada com o processo migratório, ou seja, se o novo quadro de inserção dos migrantes favorece situações de separação ou divórcio ou se, pelo contrário, estas contribuem para a migração. A experiência migratória tende a gerar mudança de papéis, interações e expectativas no seio das famílias, podendo mesmo originar processos de desagregação familiar. Das entrevistadas que passaram pelo divórcio, é de frisar que foram as duas mulheres muçulmanas que, para além de terem perdido a custódia dos filhos, referem o controlo familiar fruto da estigmatização do divórcio e das segundas uniões. Relativamente à guarda das crianças, a responsabilização dos dois progenitores torna evidente, em caso de divórcio, a dissociação entre relação conjugal e relação parental, cabendo aos progenitores assegurar a última (Torres, 1999).

O divórcio na base da decisão de emigrar, a emigração numa altura de mau relacionamento do casal, a migração enquanto factor que terá contribuído para o divórcio, ou o casamento como razão da emigração constituem as várias situações representadas entre as mulheres. Dependência económica (Torres, 1999) e estatuto legal dependente do cônjuge (Fonseca e outros, 2005) podem ser factores dissuasores da escolha pelo divórcio. Nestes casos, as especificidades de género indicam-nos que o estatuto legal destas mulheres no país de destino depende do estatuto do seu marido ou parceiro, facto que se pode traduzir numa situação de dependência em casos de ruptura (Fonseca e outros, 2005). Ainda entre as que não vivem em situação conjugal, destacam-se as viúvas.

O Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (Machado, 2002) indica que a maioria dos migrantes guineenses vive em situação conjugal e tem filhos, sendo as duas coisas ainda mais comuns nas mulheres. Mas esta conjugalidade com filhos não é transposta como tal para a sociedade de acolhimento, uma vez que a imigração guineense não é uma imigração familiar. Da análise do conjunto das entrevistadas, e considerando as que vivem em situação conjugal, destacamos primeiramente as casadas, embora protagonizando percursos

diferenciados. De salientar igualmente as que vivem, actualmente, em união de facto e que têm em comum a circunstância de, para todas elas, se tratar de uma segunda união, ou seja, falamos de famílias recompostas. A união de facto acontece igualmente, enquanto fase transitória, ainda na Guiné-Bissau, e antecede o casamento para algumas das entrevistadas. Estudos recentes em Portugal (Almeida e outros, 1998; Lalanda, 2002; Ferreira e Aboim, 2002) revelam que a coabitação, a monoparentalidade e a parentalidade sem casamento registam índices mais elevados nas faixas mais desfavorecidas da população, apesar de se verificar o crescimento da primeira enquanto opção ideológica, e que a coabitação antecede o casamento. Coloca-se, pois, a questão da dissociação entre conjugalidade e casamento, por um lado, e parentalidade e conjugalidade, por outro, neste último caso, se tivermos em consideração a monoparentalidade, ou seja, o casamento deixa de ser o único meio legítimo de acesso à conjugalidade e à parentalidade (Ferreira e Aboim, 2002). Por analisar ficam as razões inerentes à opção pela coabitação por parte das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, quer na origem, quer já em contexto migratório, assim como a relação entre conjugalidade e parentalidade. Aquelas que se associaram conjugalmente em Portugal fizeram-no mais através de uniões de facto.

Se, numa primeira fase do ciclo migratório, se verifica a desproporção entre homens e mulheres, sendo aqueles em maior número, pode verificar-se que uma parte mais ou menos ampla dos homens estabeleça situações conjugais com mulheres da sociedade receptora, continuando a maioria das relações a envolver pessoas da mesma população. Numa fase posterior, a conjugalidade exogâmica tende a diminuir, voltando mais tarde a aumentar (Machado, 2002). A análise dos Censos de 1991 e 2001 indica-nos um reforço da representatividade dos casamentos em que um dos cônjuges tem nacionalidade estrangeira, mas são os cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses quem apresenta taxas mais baixas de casamentos mistos (Valente Rosa e outros, 2004). Podemos não estar, no entanto, perante bons indicadores de níveis de endogamia em território português se tivermos em consideração estratégias de aquisição de nacionalidade e situações de casamentos de africanos com indivíduos de nacionalidade portuguesa mas de origem africana por exemplo.

Relativamente à origem do cônjuge, importa, pois, distinguir aquelas que se associaram conjugalmente em Portugal e as que o fizeram na Guiné-Bissau. No entanto, à excepção de uma mulher que casou com um português de origem, nascido em Cabo Verde, todas as outras entrevistadas, quer se trate de primeiras ou segundas uniões, se associaram conjugalmente a

homens de origem guineense. Se isolarmos as situações conjugais verificadas em Portugal, mantemos o mesmo padrão. No entanto, o casamento ou união com pessoas da mesma origem ou grupo étnico – e, no caso das muçulmanas, da mesma religião – não é referido como de especial importância para estas mulheres, apesar das referências ao namoro das filhas, e como forma de evitar o conflito com a família, e à importância que têm, para algumas famílias, os casamentos intra-étnicos.

Mas a escolha do cônjuge por parte destas mulheres não é isenta de controlo familiar, nomeadamente nas situações conjugais na Guiné-Bissau, como é o caso das mulheres muçulmanas cujos cônjuges foram impostos pela família, entre outros. Casos extremos de impossibilidade de conjugação dos projectos individuais com os da família ou de grupos de referência levam ao conflito, podendo mesmo verificar-se uma ruptura. A conjugação dos projectos torna-se tanto ou mais difícil quanto maior é o controlo social e familiar e menor o campo de possibilidades do indivíduo (Velho, 1994). A análise do conjunto das entrevistadas leva-nos a considerar o controlo social e familiar e o fechamento intra-étnico, que caracteriza as sociabilidades, nas estratégias de escolha do cônjuge, no entanto, é importante também reconhecer dimensões afectivas e amorosas nas estratégias matrimoniais (François de Singly, em Torres, 2001b)<sup>5</sup>. Ainda relativamente ao controlo social e familiar, importa referir que ele incide igualmente no período de namoro e na sexualidade destas mulheres. A prática da excisão, observável entre populações muçulmanas, cristãs e animistas na Guiné-Bissau, constitui uma prática de controlo da sexualidade da mulher, ligada a crenças associadas com a fidelidade, a virgindade no casamento e a purificação, entre outros aspectos (Abranches, 2004; Martingo, 2007). Embora não constitua objecto de estudo, a prática da excisão merece ser referenciada, uma vez que interfere nas estratégias de (re)construção identitária das mulheres.

Todavia, denota-se uma flexibilização desse controlo relativamente aos seus descendentes, quer no período de namoro, quer em relação à sexualidade e à escolha do cônjuge. Ora, é preciso notar que nem sempre as construções discursivas são coincidentes com as práticas e que, como tal, a análise do processo de (re)construção da identidade destas mulheres exige que se considerem, por um lado, o que elas podem dizer sobre a sua identidade, e, por outro, o que na prática elas fazem para a (re)construir (Almeida, 1986). Mas, se a sociologia da família

---

<sup>5</sup> Jean Kellerhals considera as condicionantes sociais a par das dinâmicas afectivas, e Michel Bozon, os fortes traços de continuidade na presença da homogamia social no casamento (Torres, 2001b).

tem insistido na homogamia como padrão, ou seja, conjugalidade entre iguais segundo a lógica classista, pouco se pode avançar no que se refere às populações migrantes. No caso da presente pesquisa, todas as mulheres entrevistadas são oriundas da Guiné-Bissau; como tal, é preciso esperar para analisar os comportamentos, em termos de conjugalidade, dos seus descendentes por forma a verificar se se mantêm ou alteram os padrões de comportamento em relação aos das suas ascendentes.

O Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (Machado, 2002) revela a existência de migrantes que vivem em grupos domésticos constituídos por pessoas do mesmo sexo, grupo doméstico este quase exclusivamente masculino se considerarmos a sua composição marcadamente jovem e masculina. No caso das famílias monoparentais, elas são quase exclusivamente femininas e para elas contribuem as mulheres separadas ou divorciadas, as viúvas, as cujos cônjuges permanecem na Guiné-Bissau e, em menor número, as solteiras. Pode mesmo dizer-se que os tipos de família mais comuns na população portuguesa, casais com filhos, casais sem filhos e pessoas sós, têm expressão mais reduzida entre os migrantes guineenses (Machado, 2002). A Guiné-Bissau, no Censo de 2001, apresentava uma dimensão média dos agregados mais reduzida que o conjunto dos PALOP, sobressaindo o número de agregados singulares. Para tal contribui o reforço da importância de trabalhadores e a religião islâmica, que pode limitar a imigração feminina ou protelar no tempo a sua chegada ao país de acolhimento (Fonseca e outros, 2005).

A análise da composição das famílias complexas permite-nos evidenciar contrastes com a população portuguesa, sendo aquelas mais frequentes entre os migrantes guineenses. A frequência com que os grupos domésticos incluem outras pessoas, para além dos núcleos familiares formados por mãe e pai com ou sem filhos ou por mãe ou pai com filhos, é o que caracteriza as famílias complexas dos migrantes guineenses. Na origem, entre as mulheres entrevistadas, verifica-se a existência de estruturas familiares alargadas, onde predomina a poligamia, a prática da passagem da mulher para casa dos sogros ou a residência conjunta de mais que um agregado familiar. De entre as entrevistadas, não se conhecem situações de poligamia, para além das vividas com as suas famílias na Guiné-Bissau; no entanto, importa reter que as estruturas familiares poligâmicas, muitas vezes, se alteram em contexto de imigração e revelam por isso adaptação das tradições da origem às circunstâncias e aos valores da sociedade de acolhimento. Também se encontram, na Guiné-Bissau, as estruturas

familiares compostas por vários agregados familiares, uma vez que a existência de um número alargado de filhos leva alguns deles a viverem desde cedo com outros familiares.

Os movimentos de autonomização e individualização, que se verificam nas formas de organização familiar em Portugal (Almeida e outros, 1998; Aboim, 2003; Vasconcelos, 2003), não têm o mesmo peso nas populações migrantes devido ao controlo social e à coesão forte que persiste naquelas e que não permite a mesma evolução do processo de privatização da vida familiar (Abranches, 2004). Não se encontra, também, igual correspondência no grupo das entrevistadas, uma vez que metade delas reside no seio da sua família nuclear, sendo que as restantes residem com outros familiares que as acolheram quando primeiramente chegaram a Portugal ou com os netos, via reagrupamento familiar ou porque as suas filhas deixaram as crianças aos cuidados da avó.

As taxas de descendência média das mulheres migrantes são superiores às das mulheres portuguesas, mesmo tratando-se dos filhos nascidos na Guiné-Bissau, quer estejam ou não em Portugal, excepção tangencial feita para os filhos nascidos em Portugal. Se compararmos o número total de filhos, as migrantes atingem valores que são o dobro dos valores atingidos pelas mulheres portuguesas. Ora, o prolongamento do tempo de residência tem um efeito atenuador destas diferenças, com a aproximação progressiva das taxas de natalidade entre as populações migrantes e a sociedade portuguesa, mas os valores de partida da natalidade, ou seja, os valores registados à chegada, são, em regra, mais altos para os migrantes (Machado, 2002). Factor de contraste com as mulheres portuguesas é o número de filhos, mas importa considerar que na “origem da superioridade dos níveis de natalidade das populações de nacionalidade estrangeira está, em primeiro lugar, o facto de estas apresentarem uma estrutura etária muito mais favorável à ocorrência de nascimentos (i. e. com uma concentração superior de efectivos nas idades férteis)” (Valente Rosa e outros, 2004: 77). Não devemos, no entanto, concluir que disparidades entre níveis de fecundidade se reproduzem em território português, uma vez que aqueles diferem dos observados nos países de nacionalidade respectivos. Igual situação para a idade média do primeiro casamento e para a idade aquando do nascimento do primeiro filho, contrastes estes que importa perceber se terão tendência a atenuar-se, entre os descendentes, fruto do prolongamento da formação escolar.

As mulheres com apenas um filho têm em comum o facto de todos eles terem nascido em Portugal e de elas terem chegado a Portugal solteiras e em idades mais jovens. Viveram, pois,

importantes períodos de socialização em Portugal, como a conjugalidade, o nascimento dos filhos e a transição escola-mercado de trabalho, factores que poderão estar na base da aproximação dos seus comportamentos aos da sociedade portuguesa. Relativamente à idade média do primeiro casamento e à idade aquando do nascimento do primeiro filho, destaca-se o caso da mulher muçulmana que casou e foi mãe aos 15 anos. Factores como os referidos, a idade média do primeiro filho e do primeiro casamento ou união, seria interessante analisar, por comparação com a sociedade portuguesa, de forma a perceber se constituem factores de contraste ou de continuidade.

O tipo de família observado resulta, sobretudo, das contingências dos primeiros anos de imigração, em que a solução para encontrar casa passa pelo recurso a familiares e amigos. Fica por esclarecer se o prolongamento do tempo de residência, nomeadamente com os descendentes destas mulheres, se traduz na redução deste padrão familiar. O mesmo se poderá dizer em relação à dimensão média dos agregados, não descurando as dificuldades de acesso à habitação, e ao maior número de crianças. Os contrastes verificados entre as mulheres guineenses entrevistadas, todas elas nascidas fora de Portugal e com importante período de socialização na Guiné-Bissau, e as mulheres portuguesas encontram justificativo na origem, nos contextos sociais daquelas e suas origens étnicas e sociais.

#### **4. SOCIABILIDADES**

As sociabilidades, a par dos territórios linguísticos e da identidade religiosa, constituem as dimensões culturais da etnicidade, aqui definidas para esta análise dado o seu carácter estruturante. Se a orientação das sociabilidades determina, em parte, a expressão que assumem certas práticas culturais, como as práticas alimentares ou musicais por exemplo, a língua e a religião são dimensões transversais, que se combinam com aquela, e que podem reforçar ou relativizar certas lógicas de fechamento cultural quando as sociabilidades são mais autocentradas (Machado, 2002).

#### **4.1. Redes Sociais e Orientação das Sociabilidades**

Redes alargadas ao exterior do grupo geram continuidade no espaço da etnicidade, ao passo que sociabilidades orientadas para dentro do grupo tenderão a gerar contrastes culturais com a sociedade envolvente (Machado, 2002), influenciando de forma diferenciada as estratégias de (re)construção identitária. Da análise do conjunto das entrevistadas destacam-se as mulheres cujas sociabilidades, quer sejam familiares, de amizade, entre vizinhos ou colegas de profissão, se estruturam simultaneamente para dentro e para fora das fronteiras do grupo; no entanto, verifica-se sobretudo fechamento intra-étnico nas sociabilidades das migrantes.

O círculo familiar aparece como o lugar de sociabilidade privilegiado, em alguns casos apenas o núcleo familiar composto por pai, mãe e descendentes. Também são fortes as sociabilidades intra-étnicas, quer nos círculos de amigos quer nas redes de vizinhança, nomeadamente com outros guineenses, embora também incluam outros indivíduos oriundos dos PALOP. Se recuarmos um pouco aos primeiros tempos de chegada a Portugal, constatamos que a família já constituía a principal rede de entreajuda. A par das relações familiares, os círculos de amizade constituem igualmente fontes de entreajuda e são sobretudo intra-étnicos, fruto das afinidades que a condição de imigrante valoriza e reforça. São trocas que sustentam práticas de entreajuda e de sociabilidade, que contribuem para a preservação e para o reforço de laços e que podem ser financeiras e de serviços (Quintino, 2004). Importa referir que esta solidariedade, por via familiar e das amizades, por vezes assume um carácter semi-institucional, sob a forma de associações cuja principal função é a de criar e gerir recursos utilizados na organização das sociabilidades ou em casos de doença, acidente ou morte. Casos como o das mulheres de etnia fula e manjaca revelam a expressão dos contextos associativos nas suas redes sociais.

A esfera profissional constitui igualmente espaço de redes de relacionamento, apesar de pouco referida. Destacam-se apenas os relacionamentos que se prolongam para além dos conteúdos, espaços e tempos exteriores à esfera profissional, não se descurando a importância daqueles cujo carácter, sendo meramente funcional e instrumental, contribui para a abertura das redes de relacionamento. Por fim, as redes de vizinhança são igualmente referidas e, na maioria dos casos, confinadas ao espaço do bairro e a sociabilidades sobretudo com a população dos PALOP. Importa referir que nestes contextos de bairro se encontra uma grande variedade étnica em que cada população ocupa uma dimensão variada, mas a coexistência espacial não



significa necessariamente sociabilidade. Essa coexistência pode mesmo ser conflituosa, dadas as dificuldades de relacionamento interétnico que advêm das diferenças entre códigos culturais como a língua e as formas de ocupação do espaço, entre outras. Mas, mesmo se considerarmos as zonas de habitação degradada onde não há diversidade étnica, a falta de condições de habitação, desde a ocupação do espaço à sobreocupação das habitações, à falta de infra-estruturas e à ausência de equipamentos colectivos, pode ser geradora de conflitos entre vizinhos. Podemos também observar sociabilidades intra-étnicas entre indivíduos que residem em áreas geográficas diferenciadas. É provável que seja por essa razão que encontramos em Lisboa espaços urbanos não residenciais de sociabilidade guineense como é o caso do eixo Rossio-Praça da Figueira (Machado, 2002; Quintino, 2004) que cumpre múltiplas funções ligadas à troca de informações, à venda informal de géneros alimentícios, passando pelo recrutamento de mão-de-obra, ou, no caso dos muçulmanos, a mesquita de Lisboa.

Se as trajectórias de vida dos seus descendentes permitem observar aspectos da inserção social destas migrantes (Portes, 1999), ficam por esclarecer as consequências da tendência para o alargamento das sociabilidades daqueles, facto indissociável da sua inserção escolar. Estratégias familiares de regulação normativa rígida, ligadas a uma lógica disciplinar e à pertença, com vista à protecção face a um ambiente percebido como hostil ou mesmo ameaçador, são protagonizadas por gerações mais velhas (Kellerhals e outros, 2002). Ficam por esclarecer as tendências futuras das famílias guineenses.

#### **4.2. Apresentação e Participação no Espaço Público e no Espaço Privado**

A divisão entre espaço público e espaço privado demarca igualmente uma divisão entre homens e mulheres, cabendo à mulher o domínio do espaço privado. Desigualdades no acesso aos lugares do poder político, económico e profissional e na conciliação entre trabalho e vida familiar, para citar apenas algumas, evidenciam segregação e discriminação no que diz respeito ao papel da mulher no espaço público e no espaço privado. Mas, se se tem verificado na sociedade portuguesa o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tal não tem conduzido à igualdade em termos de distribuição das tarefas domésticas, apesar de se verificar um ligeiro aumento da participação masculina (Perista, 1999; Torres e outros, 2001), não sendo por isso o trabalho fora de casa mas o género a variável que introduz assimetria,

assimetrias essas que se atenuam nos níveis mais altos de instrução mas apenas em relação a algumas tarefas (Torres e outros, 2001; Perista, 2002). É de salientar que essas assimetrias se verificam não apenas ao nível do tempo despendido mas também ao nível das taxas de participação (Perista, 2002).

A distribuição das tarefas domésticas relaciona-se ainda com a apreciação subjectiva por partes dos cônjuges relativamente à justiça da divisão de tarefas, à legitimidade dessa divisão e aos conflitos que ela possa ocasionar (Torres, e outros, 2001c). Verifica-se a existência de processos, internos à própria vida conjugal, susceptíveis de ter efeitos sobre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, como é o caso, por exemplo, do envolvimento das mulheres nas responsabilidades familiares, a par de efeitos de género que actuam igualmente nos contextos profissionais, ou seja, homens cuja entidade patronal exige dedicação ilimitada (Torres, 2001a), ambos produzindo o mesmo efeito de assimetrias de género. No entanto, persistem fontes de desigualdade social que atravessam e estruturam de forma diferenciada os quotidianos das mulheres, dos homens e das famílias (Torres e Silva, 1998), cuja identificação e questionamento permitem inferir os seus efeitos e reflexos em termos das orientações das respectivas trajectórias de vida, uma vez que a gestão quotidiana do tempo contribui para delimitar a amplitude social daquelas trajectórias e, por outro lado, o reconhecimento e a visibilidade social dos desempenhos dos respectivos protagonistas (Perista, 1999 e 2002).

Entre a actividade profissional, o trabalho doméstico, os cuidados à família e os tempos desejados, observa-se uma profunda assimetria, designadamente em termos de trabalho não pago, no espaço doméstico (Perista, 1999 e 2002). Relativamente à divisão das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, e da análise do conjunto das entrevistadas, destaca-se a não participação do homem nesta esfera do espaço privado a par da participação das crianças e dos jovens inseridos no agregado, apesar de, em alguns casos, a sua divisão ser diferenciada conforme se trate de rapazes ou raparigas ou por idades. Ora, a socialização diferencial dos géneros assegura a reprodução simbólica da dominação masculina (Bourdieu, 1999), ou seja, pode verificar-se a reprodução dos estereótipos de género das práticas de afectação de tempos ao trabalho não pago entre as gerações mais jovens (Perista, 2002). A externalização do trabalho doméstico, ou seja, o recurso a apoio doméstico profissionalizado, provoca alterações na divisão de tarefas na esfera familiar, nomeadamente no que respeita à divisão das tarefas domésticas, mas encontra lógicas classistas. Diferentes contextos sociais, no entanto,

configuram alterações diferenciadas na esfera familiar, e, no caso de Portugal, a externalização do trabalho doméstico tem ainda difusão restrita (Perista, 2002).

A divisão do espaço público e do espaço privado remete-nos para as estratégias de conciliação do trabalho e da vida familiar por parte destas mulheres, uma vez que elas enfrentam longas horas de trabalho e horários atípicos. As tarefas domésticas são, muitas vezes, delegadas nos filhos, e os tempos de lazer são praticamente nulos. Relativamente aos cuidados às crianças, as mulheres oriundas da Guiné-Bissau apresentam um leque variado de estratégias, entre as que os centram em si próprias, as que os delegam extensivamente, as que partilham essas responsabilidades com o marido ou companheiro, as que deixam os filhos menores aos cuidados dos irmãos mais velhos e ainda as que deixam as crianças sozinhas em casa. Inexistência ou indisponibilidade de redes de apoio à infância e forte pressão do mercado de trabalho poderão estar na base das dificuldades sentidas por estas mulheres, associadas a dificuldades económicas, isolamento social, falta de informação, problemas de regularização e de habitação e o próprio mercado de trabalho da sociedade de acolhimento (Wall e José, 2004). No entanto, é de salientar mais uma vez as lógicas classistas inerentes às estratégias usadas, uma vez que umas optam pelo recurso a respostas existentes no mercado, o que exemplifica estratégias de mulheres com mais recursos económicos, e outras deixam os seus filhos em casa sozinhos. De salientar que ambas enfrentam longas horas de trabalho, diferenciando-se apenas nas estratégias adoptadas, fruto da sua condição socioeconómica.

Podemos, pois, concluir que a maioria das mulheres entrevistadas se afasta do modelo de conciliação entre o horário de trabalho e os apoios formais ou informais nos cuidados às crianças. Tal está, por um lado, associado à não participação do homem nos cuidados prestados às crianças e à entrada das mulheres no mercado de trabalho já na sociedade de acolhimento. É, no entanto, de salientar a importância de que, em Portugal, se revestem os apoios prestados pelo terceiro sector nesta área e que constituem um suporte fundamental para estas mulheres. Padrões de classe atravessam as estratégias das mulheres em termos de conciliação entre o trabalho e os cuidados às crianças, mas a segregação ocupacional, a inexistência de parentes próximos e as características das actividades que desempenham provocam um acesso desigual a estas redes de apoio (Wall e José, 2004). De salientar as crianças deixadas aos cuidados das avós enquanto estratégia de conciliação, possível apenas com a sedentarização dos migrantes, situação esta verificada em algumas das filhas das entrevistadas. Um estudo recente (Torres e outros, 2001) concluiu que as redes familiares não

substituem a mãe ou os equipamentos públicos, uma vez que, na Grande Lisboa, o recurso exterior a creches, amas, infantários e jardins-de-infância, entre outros, constitui a estratégia mais utilizada, pelo menos nos casos em que as mães trabalham fora de casa. Situação diferente verifica-se quando remetemos a análise para o nível nacional, onde figura a mãe enquanto principal solução para a guarda das crianças, afigurando-se uma de duas situações: ou aquelas ficam sozinhas em casa, ou acompanham as mães ao local de trabalho. Há uma relação directa entre actividade feminina no exterior e capacidade de decisão e negociação no seio do casal (Torres, 2002). Relativamente àquela, verifica-se uma forte participação da mulher testemunhada pelas entrevistadas.

A adaptação ao novo meio após a migração leva as mulheres a reinterpretarem alguns símbolos da sua cultura de origem, como, por exemplo, o vestuário. Mas, em contexto migratório, verifica-se sobretudo a coexistência entre vestuário tradicional e vestuário ocidental, sendo aquele utilizado de acordo com os contextos ou as pessoas, em espaço público e privado, ou indiferenciadamente de acordo com o clima. Contextos de sociabilidade alargada como cerimónias, rituais ou dias festivos ou simplesmente momentos de encontro intra-étnicos são os lugares privilegiados para o uso do vestuário tradicional. As mulheres mais velhas e que saíram há mais tempo da Guiné-Bissau constituem exemplos em que o contexto migratório não alterou as suas práticas, e, se estas já não usavam vestuário tradicional, o mesmo teve continuidade em Portugal. À semelhança das condições que atenuam as filiações étnicas, encontramos igual correspondência no caso dos símbolos da cultura de origem, como é o caso de vestuário tradicional. Falamos em estatuto social mais alto na Guiné-Bissau e no país de acolhimento, associado ao perfil social mais favorecido, à escolaridade, à origem urbana e ao estatuto profissional (Machado, 2002).

Verificamos assim, para além da coexistência entre vestuário tradicional e vestuário ocidental, a reinterpretação das práticas e das representações em contexto migratório. Também a forma como estas mulheres usam o seu tempo, para além do trabalho, das tarefas domésticas e dos cuidados aos filhos, é exemplificativa dessa reinterpretação. Se grande parte das entrevistadas refere o factor tempo disponível enquanto elemento diferenciador das suas práticas, em termos de ocupação do tempo, entre a Guiné-Bissau e Portugal, por outro lado verifica-se igualmente uma quase total ausência de actividades de lazer, sendo os tempos livres ocupados sobretudo em visitas a familiares e participação em festas ou cerimónias intra-étnicas. Por outras palavras, as “práticas de sociabilidade traduzem-se nas visitas, no ‘djumbai’, na troca

de presentes, nas confraternizações de fim-de-semana, nas festas que comemoram os vários momentos do ciclo de vida familiar, nos rituais da morte e nas festividades reguladas pelo calendário religioso. Podem ter um carácter restrito ou alargar-se a parentes mais afastados ou a amigos e vizinhos, preferencialmente guineenses” (Quintino, 2004: 182).

## **5. ELEMENTOS DE IDENTIDADE CULTURAL**

### **5.1. Territórios Linguísticos**

A língua, “como símbolo e expressão da sua identidade e, portanto, de diferenciação relativamente aos outros grupos (maioritários) que vivem no interior do mesmo Estado” (Maia, 2003: 377), é um traço cultural que diferencia migrantes das populações da sociedade de acolhimento e tem uma importância central nas interações daqueles com o meio envolvente. Mas, se a grande maioria dos migrantes em Portugal provém de países lusófonos e, como tal, com contrastes linguísticos menos acentuados, tal não significa ser sempre falante de português. A Guiné-Bissau, que tem por base o português, tem o crioulo como veículo privilegiado de comunicação em diversos contextos, com excepção dos círculos institucionais e oficiais, onde o português é obrigatório. Em contexto migratório, o crioulo mantém a sua expressão na comunicação intragrupo. Acresce o facto de a Guiné-Bissau ser igualmente um mosaico linguístico, onde se destacam várias línguas de acordo com as diferentes etnias que compõem o país. Conforme referido previamente, a emigração guineense apresenta uma forte selectividade social, onde a língua também presta o seu papel nessa selectividade, e aquele mosaico está longe de ser transposto na íntegra para a sociedade de acolhimento dos migrantes. Os migrantes guineenses em Portugal caracterizam-se pela “universalidade do uso do crioulo, o domínio alargado do português e a secundarização das línguas étnicas” (Machado, 2002: 265). Na Guiné-Bissau, as entrevistadas referem um uso generalizado do crioulo acompanhado do uso secundário da sua língua étnica, sendo o português remetido para outros contextos, como, por exemplo, a sala de aula na escola.

Em contexto migratório, o uso das diferentes línguas adquire significados diferenciados de acordo com o contexto e os indivíduos envolvidos na interacção. Destaca-se primeiramente o

uso do crioulo entre adultos e em contextos intra-étnicos, uso esse que se altera para o português quando se verifica a presença dos seus descendentes, sobretudo as crianças em idade escolar. No entanto, o uso doméstico do crioulo é menos expressivo do que nas relações intra-étnicas, uma vez que, embora a comunicação entre adultos possa continuar a fazer-se em crioulo, a presença de crianças privilegia o uso do português. A análise do conjunto das entrevistadas parece evidenciar o uso generalizado do crioulo mesmo entre aquelas com elevado capital escolar ou que terminaram cursos universitários em Portugal.

Mesmo em contexto profissional, e sobretudo em sectores onde se verifica uma forte presença de migrantes, o português tende a ser dispensado em detrimento do crioulo. No conjunto das entrevistadas, a grande maioria tende a escolher a língua de acordo com o interlocutor, privilegiando a língua étnica (para os casos em que falam), seguidamente o crioulo e por fim o português. Tal aplica-se a todos os contextos, com excepção da presença de crianças, sobretudo em idade escolar, conforme previamente referido, uma vez que, para “grande parte dos guineenses, o português é mais visivelmente uma língua instrumental que manipulam nas suas deambulações na sociedade de acolhimento e que lhes facilita o acesso aos recursos disponíveis, sobretudo no mundo do trabalho” (Quintino, 2004: 264). Visto o uso generalizado do crioulo, sobretudo entre adultos e em contextos intra-étnicos, o uso do português depende do contexto e do interlocutor. O exemplo mais óbvio é o das famílias mistas com portuguesas, onde o uso da língua portuguesa tem lugar importante, se não mesmo central.

Em termos de uso de línguas étnicas em contexto migratório, destacam-se os muçulmanos e os manjacos, com as entrevistadas de etnia fula e manjaca a serem as únicas a usar aquelas. Para a utilização das línguas étnicas contribui a presença de familiares mais velhos e um possível retorno à Guiné-Bissau, factores que justificam igualmente a transmissão de símbolos de identificação cultural – neste caso, a língua étnica – aos seus descendentes. Estas mulheres estão, pois, entre o desejo de perpetuar heranças culturais, através da transmissão aos seus filhos dos tais símbolos, e os possíveis ganhos, em termos de escolaridade, com o bom domínio do português. As línguas étnicas representam para estas mulheres a memória familiar e um passado linguístico e cultural (Quintino, 2004). Apesar de o português ser a língua mais falada com os filhos, a transmissão das línguas étnicas constitui uma preocupação por parte destas mulheres, embora o crioulo possa substituir a utilização daquelas.

Diferenças de origem sociocultural, de redes de relacionamento, de tipos de família e de tempo de residência estão na origem de variações de prática linguística. Familiaridade das famílias de orientação com a cultura e a língua portuguesa no contexto da Guiné colonial e incidência de famílias mistas ou de indivíduos com inserções sociais e profissionais com o Estado colonial faziam com que o português concorresse com o crioulo até na comunicação em espaço doméstico, chegando mesmo algumas famílias a incentivar ou impor o uso de português como prática. Se somarmos estas afinidades de origem aos contactos com portugueses em contexto migratório, ao prolongar do tempo de residência e à existência de filhos nascidos e/ou criados em Portugal, verificamos o uso generalizado do português.

O reconhecimento de dificuldades no uso do português é igualmente visível no discurso de algumas entrevistadas. A desigualdade de desempenhos no uso do português confirma o sentido geral das práticas linguísticas identificadas previamente e remete-nos para o quadro linguístico da Guiné-Bissau. Resta desenhar possíveis linhas de evolução futura, com o prolongamento do tempo de residência a trazer consigo maior domínio do uso do português, fruto do alargamento das sociabilidades. Ora, se tivermos em conta o facto de a quase totalidade das entrevistadas privilegiar o uso do português com os seus descendentes e o facto de as sociabilidades destes serem mais interétnicas que as dos seus ascendentes, sobretudo fruto do prolongamento do trajecto escolar, podemos concluir que o espaço do português será maior nas gerações destes do que na dos seus ascendentes, o que não descarta o uso do crioulo ou das línguas étnicas por parte dos descendentes. Podemos concluir que, apesar da complexidade de factores que influenciam as práticas linguísticas, se verifica um uso progressivo do português com o aumento do tempo de residência em Portugal e fruto da socialização dos filhos na escola. Por outro lado, as línguas étnicas diluem-se com a frequente utilização do crioulo. Em relação ao árabe, língua oficial comum para os muçulmanos em geral, nenhuma das mulheres muçulmanas entrevistadas se expressa ou compreende a língua para além dos vocábulos que fazem parte das orações.

## **5.2. Identidade Religiosa: Representações e Práticas**

As crenças e as práticas religiosas constituem elemento de distintividade cultural entre indivíduos, e, em Portugal, verifica-se uma correlação entre migrações e diversificação de públicos religiosos, embora mais reduzida em termos de diversidade e dimensão que noutros

países, como a França ou a Alemanha, para citar apenas alguns exemplos. Porque os migrantes são menos, têm origens menos variadas e estão essencialmente concentrados nos distritos de Lisboa e de Setúbal, essa alteração do panorama religioso só aí é sensível (Machado, 2002). Em termos de identidade religiosa, a Guiné-Bissau aponta para uma maioria de animistas, seguida de um sector considerável de filiação islâmica e um pequeno número de católicos, confinados sobretudo aos centros urbanos, nomeadamente Bissau (Machado, 2002).

Perante este cenário, da análise do conjunto das entrevistadas, verificamos que a maioria se auto-identifica enquanto católica. Mais uma vez estamos perante a selectividade da migração guineense. Assim, continuidades culturais do tipo religioso não se iniciam apenas com a migração, embora se possam reforçar ou reduzir, elas são também resultado de afinidades historicamente construídas no tempo colonial (Machado, 2002). Factor diferenciador da Guiné-Bissau face aos restantes países dos PALOP é a incidência das etnias muçulmanas, fulas e mandingas.

Verificam-se desfasamentos entre auto-identificações religiosas e práticas, sendo que todas as entrevistadas afirmaram frequentar locais de culto, embora com regularidades diferenciadas, com um envolvimento religioso maior entre muçulmanas e evangélicas. Verifica-se igualmente que as circunstâncias da imigração, por um lado, favorecem a prática religiosa das muçulmanas, uma vez que estas referem nunca ter entrado num local de culto na Guiné-Bissau, pois tal está restrito aos homens e às mulheres mais velhas, e, por outro lado, podem levar a uma prática menos regular entre as mulheres católicas, fruto da reorganização dos seus quotidianos. Mas, a estes factores, há que acrescentar outros, como a solidão enquanto factor de favorecimento e a inexistência de locais de culto nas áreas de residência, sobretudo no caso das muçulmanas, ou a impossibilidade de transpor certas práticas na sociedade de acolhimento enquanto factores dissuasores. É de salientar a existência de outros locais de culto, organizados em círculos mais pequenos que o caso da Mesquita Central de Lisboa, por exemplo, onde indivíduos de origem guineense se juntam (Tiesler, 2005), tal é a “relação, teológica e identitária, entre o ser muçulmano e o cumprimento da oração em comunidade, que o estabelecimento de um local ou sala de culto é invariavelmente a primeira e mais elementar expressão da identidade religiosa das minorias islâmicas, ou, pelo menos, da sua afirmação enquanto tal” (Vakil, 2003: 414).



O papel da religião na vida das guineenses reveste-se de múltiplos significados, como sendo o seu carácter protector ou a sua relevância na educação dos filhos. Destaca-se a identificação católica enquanto vector de continuidade cultural com a sociedade portuguesa, mesmo acompanhada por práticas à margem do catolicismo oficial, como os ritos de passagem e o recurso a especialistas da manipulação do oculto e do sobrenatural, e o islamismo enquanto vector de contraste. As filiações religiosas, por si só, não têm carácter decisivo no espaço da etnicidade, mas apenas se combinadas com a orientação das sociabilidades; e contrastes culturais, por si só, não sugerem marginalização (Machado, 2002 e Tiesler, 2005), podendo mesmo encontrar-se uma variedade de “níveis e graus de islamização e de cristianização que torna as fronteiras entre estas categorias muito fluidas, podendo, por exemplo, considerar-se ‘críston’ desde um crioulo católico que raramente participa nas cerimónias de animistas até a um manjaco animista que associa alguns rituais católicos” (Quintino, 2004: 276).

## CONCLUSÃO

O género, que constitui um elemento de diferenciação interna entre os migrantes, permite-nos distinguir razões de realização pessoal e profissional e de atracção pelo papel da mulher na sociedade de acolhimento na base da decisão de emigrar das guineenses. São elas que, situadas entre uma identidade herdada, uma ligação às tradições do país de origem, tradições essas em permanente transformação, e os objectivos do seu projecto migratório na sociedade de acolhimento, (re)constróem a sua identidade através da articulação de diferentes elementos socioculturais da origem e do destino. Mas, se nem sempre as escolhas que se colocam a estas mulheres estão inteiramente em aberto, uma vez que persistem constrangimentos e imposições externas dos grupos de referência, importa considerar igualmente as condicionantes estruturais da sociedade de origem e da sociedade de acolhimento e que interferem no seu poder estratégico. Tal não anula a acção individual das mulheres oriundas da Guiné-Bissau, protagonistas dos seus processos de (re)construção identitária.

A mulher, face às circunstâncias vividas na sociedade de acolhimento, readapta o seu projecto pessoal entre estratégias de autonomização, de negociação do controlo familiar e social e de manutenção das tradições e dos valores culturais e religiosos num jogo de escolhas por opções

mais ou menos libertadoras. Mas a frequência escolar, a realização profissional da própria ou a estabilidade financeira que permita o prolongamento dos estudos por parte dos descendentes, e conseqüente exercício de actividade profissional mais qualificada, são aspectos que contribuem para a valorização do seu modo de vida em Portugal, facto que não exclui a permanência acentuada do peso relativo das representações e das práticas do país de origem. Se estas mulheres mobilizam as transformações caracterizadoras da sociedade ocidental no que respeita ao papel da mulher na sociedade, tal não significa que estejamos perante estratégias conscientes de autonomização mas, sim, e sobretudo, perante uma (re)adaptação às novas circunstâncias. Importa, no entanto, considerar que essa (re)adaptação a pode transportar ao espaço da autonomia e revelar importantes efeitos para a realização pessoal da mulher.

Sobrevalorizar a identidade étnica ocultando factores de diferenciação interna inerentes a cada grupo pode perpetuar a actuação de factores de discriminação fortes com base no género e na classe social, por exemplo. Assim, a especificidade das experiências migratórias destas mulheres permite-nos, ao mesmo tempo que reconhecemos a diversidade cultural, identificar constrangimentos sociais internos que travam os seus projectos individuais no contexto da sociedade receptora. Paralelamente, estas mulheres articulam a herança familiar a outros modelos de comportamento e (re)adaptam os seus projectos pessoais e o seu desejo de autonomia com vista à realização pessoal, retirando vantagens das referências herdadas, como sendo a coesão familiar (Abranches, 2004).

Se a sua origem étnica e social e o seu trajecto migratório marcam fronteiras de diferenciação interna, mudanças operam-se no âmbito das dimensões sociais e culturais da etnicidade analisadas e que interferem nos seus processos de (re)construção identitária das mulheres. O carácter selectivo da emigração guineense é-o ainda mais no caso das mulheres, não descurando, no entanto, elementos de diferenciação interna em termos de origem étnica e social e de trajecto migratório e formas de acolhimento em Portugal. Em termos de estratégias residenciais, verificam-se lógicas classistas na localização geográfica e nas dinâmicas de aproximação ao grupo. O controlo social e familiar, sobretudo exercido pelos maridos e pelos companheiros, levou algumas delas a interromper percursos escolares e trajectórias socioprofissionais ainda no país de origem. Já na sociedade de acolhimento, não se verificou, na generalidade, o prolongamento dos estudos, e a entrada ou reentrada no mercado de trabalho significou, sobretudo, a adaptação a novas circunstâncias resultantes de dificuldades

financeiras sentidas e transformações nas estruturas familiares. Verifica-se, no geral, perda de estatuto profissional e desfasamento entre níveis de escolaridade e actividade exercida, e as mulheres estão, ou estiveram, inseridas sobretudo em actividades quase exclusivamente desempenhadas por mulheres, como é o caso do sector das limpezas.

Apesar de se verificarem mudanças na estrutura familiar e nas formas de conjugalidade, identificam-se elementos de contraste com a sociedade portuguesa. Elementos de continuidade são sobretudo ligados à assimétrica gestão do tempo entre homens e mulheres, apesar de se notar uma tendência para a sua atenuação no caso da sociedade portuguesa, o aumento da coabitação e do divórcio e as taxas mais elevadas de segundos casamentos ou uniões. O prolongamento da escolaridade e a participação no mercado de trabalho revelam sobretudo o carácter selectivo da emigração guineense e constituem igualmente elementos de relativa continuidade face às mulheres portuguesas. Mudanças nas interações e nos papéis no seio da família, retardar da idade média do primeiro casamento e do primeiro filho, decréscimo dos agregados numerosos, das famílias complexas e da dimensão dos agregados, entre outros aspectos que caracterizam mudanças na sociedade portuguesa, representam para estas mulheres elementos de contraste. Descontinuidades sociais e culturais entre estas mulheres e os seus descendentes podem significar modalidades de inserção diferenciadas na sociedade de acolhimento. Só o prolongamento do tempo de residência poderá revelar reprodução ou não das representações e das práticas dos seus ascendentes.

Relativamente às redes de sociabilidade e à sua orientação, destacam-se as sociabilidades intra-étnicas e a centralidade da família. No espaço privado, as mulheres continuam a representar um papel fundamental na organização das tarefas domésticas e nos cuidados aos filhos, mas são elas também quem mais decide no agregado doméstico. Já no espaço público verifica-se a quase ausência de actividades de lazer e o uso indiferenciado de vestuário tradicional e ocidental. O peso relativo dos valores tradicionais da origem varia de acordo com a configuração das sociabilidades, que, no caso destas mulheres, revela contrastes culturais face à sociedade de acolhimento, uma vez que estamos perante uma situação de fechamento relacional. Mas, sem se separarem da esfera doméstica, elas afirmam a sua singularidade quer por meio de estratégias intencionais ou devido às circunstâncias que se criam na sociedade de acolhimento pelas próprias, quer por meio da realização escolar e profissional dos seus filhos. Verifica-se o uso quase massificado do crioulo, a referência às línguas étnicas apenas por manjacas e fulas, a par da secundarização do português, cuja

valorização está associada essencialmente à escolarização dos descendentes. No aspecto religioso, destacam-se as católicas, facto que reforça mais uma vez o carácter selectivo da emigração guineense.

Podemos concluir que as mulheres oriundas da Guiné-Bissau negociam estratégias de autonomização, uma vez que permanece forte a ligação aos valores de origem, quer por vontade das próprias, quer pelo controlo familiar e social exercido. Muitas vezes, são as circunstâncias vividas na sociedade de acolhimento, associadas às dificuldades económicas, que conduzem a estratégias de autonomização. Mas só a análise dos percursos das suas descendentes raparigas, com o prolongamento do seu trajecto escolar e a maior abertura das suas redes de sociabilidade, pode levar-nos a desenvolver cenários futuros relativamente aos papéis de género e a factores de discriminação que subsistem, ou seja, aspectos da inserção social das migrantes são observáveis a partir das trajectórias de vida dos seus descendentes (Portes, 1999). Os descendentes são os protagonistas de representações e práticas que, de algum modo, se cruzam, mas não se confundem, com aquelas dos seus primomigrantes. É de especial importância compreender de que forma origens étnicas e sociais, representações e práticas, vivências e estratégias se cruzam e concorrem na definição dos seus trajectos de vida.

A viabilidade de efectivação dos projectos individuais está associada aos relacionamentos sociais e familiares e ao maior ou menor grau de abertura das redes sociais em que se inserem os indivíduos e as suas famílias, sendo, por vezes, conflituosa a convivência entre escolhas individuais e estratégias colectivas (Velho, 1987). Relações complexas entre a reprodução de elementos culturais de origem e a aquisição de novos valores marcam os processos de (re)construção identitária destas mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aboim, Sofia (2003), “Evolução das estruturas domésticas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 13-30.

Abranches, Maria (2004), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (Re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação.

Almeida, Ana Margarida Nunes (1986), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, *Análise Social*, n.º 92/93, pp. 493-520.

Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Cardoso Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.

Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Edições Afrontamento.

Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.

Buijs, Gina (ed.) (1993), *Migrant Women. Crossing Boundaries and Changing Identities*, Oxford, Berg Publishers Limited.

Costa, António Firmino da (2002), “Identidades Culturais Urbanas em Época de Globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.º 48, pp. 15-30.

Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes Sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 9-43.

Crompton, Rosemary (2003), “Class and gender beyond the ‘cultural turn’”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 42, pp. 9-24.

Fonseca, Maria Lucinda, Jorge Malheiros, Alina Esteves e Maria José Caldeira (2002), *Immigrants in Lisbon. Routes of integration*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, 56, Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

Fonseca, Maria Lucinda (coord.), Meghann Ormond, Jorge Malheiros, Miguel Patrício e Filipa Martins (2005), *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*, 15, Lisboa, Observatório da Imigração.

Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território*, vol. 20, Porto, Edições Afrontamento.

Jackson, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher.

Kellerhals, Jean, Cristina Ferreira e David Perrenoud (2002), “Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária”, n.º 163, pp. 545-567.

Lalanda, Piedade (2002), “Casar pelo civil ou na igreja”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 39, pp. 69-83.

Leandro, Maria Engrácia (2004), “Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios – uma perspectiva analítica”, *Análise Social*, n.º 170, pp. 95-118.

Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

- Maia, Clarinda de Azevedo (2003), “Do conceito de minoria às minorias linguísticas”, em Guilhermina Mota (coord.), *Minorias Étnicas e Religiosas em Portugal. História e actualidade*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 377-392.
- Manço, Altay (1999), *Intégration et Identités. Stratégies et Positions des Jeunes Issus de l’Immigration*, Bruxelles, De Boeck Université.
- Martingo, Carla (2007), *O Corte dos Genitais Femininos nos Guineenses Residentes em Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais.
- Peixoto, João (coord.), Sara Falcão Casaca, Alexandra Figueiredo, Marisa Gonçalves, Aurélio Floriano, Catarina Sabino, Margarida Chagas Lopes, Heloísa Perista, Pedro Perista e Annie Phizacklea (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Lisboa, ISEG.
- Pereira, Inês (2002), “Identities in Rede. Construction of identity and associative movement”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 40, pp. 107-121.
- Perista, Heloísa (2002), “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social*, n.º 163, pp. 447-474.
- Phillips, Anne (1992), “Classing the women and gendering the class”, em L. Macdowell e R. Pringle (orgs.), *Defining Women, Social Institutions and Gender Divisions*, Londres, Polity Press.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Quintino, Maria Celeste Rogado (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de Uma Comunidade*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Ribeiro, Carlos Rui (1986), *A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Licenciatura em Sociologia.
- Santos Silva, Augusto (1996), “Identities sociais: continuidade e mudança”, em *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. 1, pp. 31-36.
- Sayad, A. (1977), “Les trois ‘âges’ de l’émigration”, em *Actes de la Recherche*, n.º 15, Paris, pp. 59-79.
- Sayad, A. (1999), *La Double Absence. Des illusions de l’émigré aux souffrances de l’immigré*, Paris, Seuil.
- Simmel, Georg (1995), “O cruzamento dos círculos sociais”, em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 573-578.

Tavares, Teresa, Virgínia Ferreira e Sílvia Portugal (orgs.) (1998), “Mulheres, Mobilidade e Cidadania”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 50.

Tiesler, Nina Clara (2005), “Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português”, *Análise Social*, n.º 173, pp. 827-849.

Torres, Anália Cardoso (1999), “Aumento do Divórcio, Mudanças na Família e Transformações Sociais”, *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 4, pp. 71-94.

Torres, Anália Cardoso (2001a), “Casamento e Género: mudanças nas famílias contemporâneas a partir do caso português”, *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, n.º 2, pp. 53-70.

Torres, Anália Cardoso (2001b), *Sociologia do Casamento: a Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Torres, Anália Cardoso (2002), “Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos”, *Análise Social*, n.º 163, pp. 569-602.

Torres, Anália Cardoso, Francisco Vieira da Silva, Teresa Libano Monteiro, Miguel Cabrita e Filipa Henriques de Jesus (2001), “Trabalho e Vida Familiar: problemas, soluções e perplexidades”, *Revista Cadernos de Política Social, Redes e Políticas de Solidariedade*, 2-3, pp. 29-48.

Vakil, Abdool Karim (2003), “O ‘Portugal Islâmico’, o ‘Portugal Multicultural’ e os muçulmanos portugueses: história, memória e cidadania na construção de novas identidades”, em Guilhermina Mota (coord.), *Minorias Étnicas e Religiosas em Portugal. História e actualidade*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 409-451.

Valente Rosa, Maria João, Hugo de Seabra e Tiago Santos (2004), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, 4, Lisboa, Observatório da Imigração.

Vasconcelos, Pedro (2003), “Famílias complexas: tendências de evolução”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 83-96.

Velho, Gilberto (1987), *Individualismo e Cultura: Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.